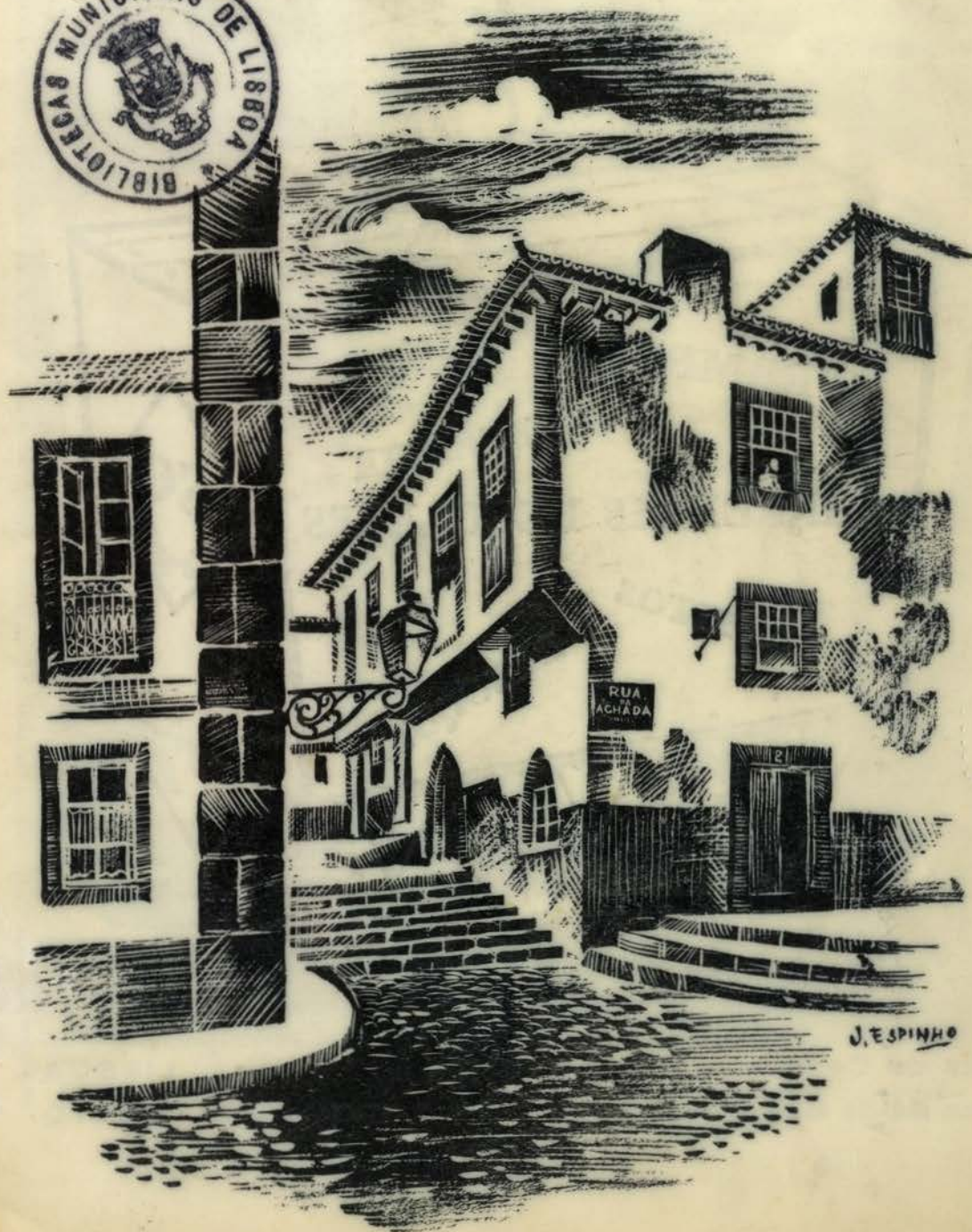


OLISIPO

Boletim Trimestral do Grupo

Amigos de Lisboa

ANO XXII • N° 86 • ABRIL 1959



SOCIEDADE GERAL

DE COMÉRCIO, INDÚSTRIA E TRANSPORTES



Rua do Comércio, 39 • Telef. 26314 • LISBOA
Rua Sá da Bandeira, 82 • Telef. 27363 • PORTO

SEGURO POPULAR DE VIDA



50\$00

POR MÉS
QUANTO LHE BASTA PARA
ADQUIRIR UM

SEGURO POPULAR DE VIDA

DA
COMPANHIA DE SEGUROS
IMPÉRIO

E A SUA VELHICE SERÁ ASSIM
MAIS TRANQUILA

O pastor

VELA PELA SEGURANÇA
DAS OVELHAS

O SEGURO POPULAR DE VIDA

VELA PELAS SUAS
ECONOMIAS



COMPANHIA
DE SEGUROS

R. GARRETT, 56 LISBOA

IMPÉRIO

PAINÉIS DE AZULEJOS *com Imagens e Cenas Religiosas*

LOUÇAS DECORATIVAS, SANITÁRIAS E DOMÉSTICAS — AZULEJOS PARA TODAS AS APLICAÇÕES

Agentes:

LISBOA

R. Rodrigo da Fonseca, 70, r/c., E. -- Tel. 54872

PORTO

Galeria de Paris, 96, 1.º -- Tel. 27012

FÁBRICAS A LELUIA

AVEIRO

Telefones 22, 806 e 807

CASA AFRICANA

**PREÇOS FIXOS
E MARCADOS
EM TODOS OS
ARTIGOS**

**ON PARLE
FRANÇAIS**

**ENGLISH
SPOKEN**

Secção de Alfaiataria e Camisaria para Homens e Rapazes. Modas e roupa branca para Senhoras e Crianças. Sedas e Veludos, Lãs, Malhas, Algodões, Cintas e Soutiens. Decorador-estofador. Peles confeccionadas e a retalho. Retrosaria. Luvaria, Perfumaria e todos os artigos para **HOMENS, SENHORAS E CRIANÇAS**

**Rua Augusta, 161 - Telef. 2 42 64 - 65 P. B. X.
LISBOA**

**Rua Sá da Bandeira, 166 - Telef. 1361 P. B. X.
PORTO**

Edifício do Cruzeiro — ESTORIL

Completamente Remodelada

Reabriu de novo para bem servir a sua numerosa clientela,
com um sortido completo de

*Pincéis, telas e tintas de óleo para aquarela, desenho e guaches das marcas
LEFRANC, WINDSOR, PELIKAN, SCHMINCKE, etc.*

" Papelaria Camões de AUGUSTO RODRIGUES & BRITO, LDA.
42, Praça Luís de Camões, 43 — Telef. 2 30 63 — LISBOA



GAIVOTAS, LDA.

FABRICA DE VIDROS E CRISTAIS

Fundada em 1811

Telefs. 663177/78

Especializada em todo o género de vidraria para iluminação, frascaria para perfumaria e laboratórios e artigos domésticos

A alta qualidade do seu fabrico corresponde a preferência dada aos seus produtos por uma vasta Clientela da Metrópole, Ultramar e Estrangeiro

Fábrica: RUA DAS GAIVOTAS, N.º 14 a 24

Escritório: RUA DAS GAIVOTAS, N.º 20-C 1.º

Casa de venda ao público: RUA DAS GAIVOTAS, N.ºs 14 a 24

LISBOA

Na

LIVRARIA PORTUGAL

... encontra V. Ex.ª livros sobre todos os assuntos escritos nas principais línguas europeias

Damos informações bibliográficas e aceitamos encomendas para todos os países

LIVRARIA PORTUGAL

Rua do Carmo

70

Telefones: 30582 - 30583 - 28220

Secção de revenda e armazéns

Rua da Oliveira ao Carmo, 21-23

LISBOA - 2

Casa Maciel, Lda.

CASA FUNDADA EM 1810

Premiado nas exposições de Rio de Janeiro 1922, Barcelona 1929, e Indústria Portuguesa

FABRICANTE DE
LANTERNAS

em todos os estilos

Sortido completo em louças, folha de Flandres, ferro esmaltado, alumínio, Porcelanas, vidros e artigos de ménage

Tel. 2 24 51

63, Rua da Misericórdia, 65 - LISBOA



Casa Batalha

FUNDADA EM 1635

O F I C I N A S
G R A F I C A S

Ramos, Afonso & Moita

L I M I T A D A

Composição manual e mecânica. Impressão rápida. Encadernação
Livros, Revistas, Magazines, Impressos comerciais e burocráticos
Livraria. Papelaria

R. Voz do Operário, 8 a 16

LISBOA

S. Vicente de Fora


Companhia Nacional de Navegação

Sede: Rua do Comércio, 85 — LISBOA — Telefones 2 30 21 e 2 30 26

Sucursal: R. Infante D. Henrique, 73 — PORTO — Telefones 2 24 38 e 2 24 39

Serviço rápido de carga e passageiros para a África
Occidental e África Oriental, Oriente e Norte da Europa

UMA FROTA AO SERVIÇO DA NAÇÃO E DO IMPÉRIO

Navios de passageiros	Tons. D. W.	Tons. desloc.		Navios de carga	Tons. D. W.	Tons. desloc.
Moçambique	9.423	18.220		Sofala	12.145	18.520
Angola ...	9.550	18.250		Moçâmedes ..	9.120	12.990
Niassa ...	9.706	16.330		Rovuma	9.120	12.990
Quanza ...	6.230	11.550		S. Tomé ..	9.050	12.550
Índia	6.655	11.677		Nacala	3.370	5.130
Timor	6.655	11.677		Tagus	1.532	2.581
Zambézia ...	1.857	3.538		Chinde	1.543	2.592
Lúrio	1.857	3.538		Angoche ..	1.630	2.320
Save	1.330	2.680				

Em construção:

Príncipe Perfeito — 20.000

VISTA ALEGRE

Há 135 anos
que mantém alto o prestígio da
Porcelana de Portugal

Gran-Prix na Exposição Internacional de Bruxelas — 1958

LARGO DO CHIADÓ, 18 — RUA IVENS, 19 — LISBOA

Oferta

27. JUL. 1988

M.

OLISIPO

BOLETIM TRIMESTRAL

ANO XXII

ABRIL DE 1959

NÚMERO 86

Director: MATOS SEQUEIRA

EDIÇÃO E PROPRIEDADE DO GRUPO "AMIGOS DE LISBOA"

Redacção e Administração: Largo Trindade Coelho, 9, 1.º - Tel. 2 57 11

Comp. e imp. de Ramos, Afonso & Moita, Lda. - S. Vicente de Fora - R. Voz do Operário, 8 a 16

Direcção gráfica de Luís Moita



SUMÁRIO

TERREMOTO DE 1755 OBSERVADO POR UM MARINHEIRO SUECO	61
UM SONHO A CAMINHO DA REALIDADE — A PONTE SOBRE O TEJO por <i>Alfredo Ferreira do Nascimento</i>	64
O PINTOR A. U. WERTMÜLLER E PORTUGAL por <i>Michel Benisovich</i> — New-York	77
A COSTA DO CASTELO OU A HISTÓRIA DE UMA RUA SEM CASAS por <i>Ferreira de Andrade</i>	80
O PALÁCIO BARCELINHOS E O SEU ANTECESSOR O CONVENTO DO ESPÍRITO SANTO DA PEDREIRA por <i>Mário Costa</i>	91
ACTIVIDADE CULTURAL no trimestre passado	104
ASSEMBLEIA GERAL DE 1959 — Relatório da Junta Directiva	107
CAPA: Prédio Quatrocentista da Rua da Achada — Desenho de <i>J. Espinho</i>	

Distribuição gratuita a todos os sócios

Os artigos aqui publicados são de exclusiva responsabilidade dos seus autores

OLISEIO

Director: MATEO SERRA
Redacção: Rua da Liberdade, 11 - 1.º andar
Telefone: 211 1111
Circulação: 1000 exemplares



SUMÁRIO



VISTA ALEGRE

Publicado em 15 de Maio de 1955
Número 10

O TERREMOTO DE 1755 observado por

UM MARINHEIRO SUECO

No suplemento dominical de um jornal de Estocolmo — *Svenska Dagbladet* — de 12 de Março de 1933, data em que toda a imprensa sueca noticiava um terremoto ocorrido na Califórnia, inseria-se uma relação descritiva do tremor de terra havido em Lisboa no primeiro de Novembro de 1755, ali publicada pelo Dr. Oscar Wieselgren. Tal relação da autoria de um antigo mareante sueco, de nome Fredric Christian Sterleuv, que entre as suas aventuras marítimas conta a de ter assistido ao terremoto de 1755, numa das suas viagens pelo Mediterrâneo, no brigue «Sverige», do comando do capitão Isac Lundberg, que viera descarregar madeiras e ferro a Lisboa e carregar sal a Setúbal.

Esse breve, mas curioso testemunho que completa as informações de outro viajante, já publicadas pelo Instituto Ibero-Americano de Gotemburgo, foi agora também editado pelo mesmo Instituto, com o patrocínio generoso do Góteborg Bank, numa tradução de João José Pereira da Silva Duarte, e bem esclarecida de anotações.

Embora a memória do velho marinheiro do «Sverige» lhe não tivesse permitido grandes minúcias do impressionante acontecimento que teve eco tão considerável na Europa, o sucinto relato feito vem enriquecer a bibliografia do terremoto grande. Entendemos por isso, reproduzi-lo no OLISIPO, dando-lhe assim a divulgação que merece.

LOGO após (o regresso da Finlândia), empreendemos novamente uma viagem a Sanct Ybes ⁽¹⁾ e aportámos, depois de termos velejado com ventos bonançosos, a Lisboa no ano de 1755, onde primeiro deveríamos descarregar a carga trazida da Suécia;

mas aqui aconteceu-nos ser espectadores de, porventura, o mais trágico acontecimento que jamais foi dado aos olhos humanos contemplar — O terremoto que sofreu a bela capital (*à margem*: 1 de Novembro) certamente igualou ou, melhor, ultrapassou toda a descrição cruel que se possa fazer do Dia do Juízo.

(1) Como é coisa bem sabida, ainda não há muito tempo *St. Ybes* era a designação comum, em diferentes países, da cidade de Setúbal. O autor também faz menção, a págs. 5. *a* - 5. *b* (resp. 43-44), doutra viagem a *St. Ybes*, em 1761, entre duas aventuras vividas respectivamente na Rússia e no Canal Inglês. Ao que parece, em Portugal é que não houve mais aventuras. (Pág. 15).

Do nosso navio fomos espectadores daquele horrível acontecimento.

É frequente nos terremotos, algumas horas antes e mesmo sob os seus efeitos, tanto os homens como os próprios animais sentirem uma angústia que se exterioriza naqueles em abatimento e nestes em gemidos e sons aflitivos. A natureza quer assim prevenir uns e outros de que tenciona fazer sentir toda a ruína de que é capaz, todo o seu poder de destruição.

Também nós, a bordo, não ficámos sem aviso do que ia acontecer, pois algumas horas antes de se abrir a terra e já a meio do dia, começou o mar a crescer com uma rapidez incrível. — A agitação das águas era então tão grande que os escaleres a custo conseguiam atingir os navios.

A maior parte das embarcações desprendeuse das âncoras e lançou-se à deriva.

Finalmente cresceu o mar de tal modo que logo que o terremoto começou a sentir-se muitos barcos foram arrastados para terra dos quais um, por mais estranho que pareça, só veio a parar na antiga praça da cidade (*).

Por todo o tempo que decorreram estes acontecimentos, notou-se uma grande calma, o que constitui certamente um fenómeno inexplicável da natureza, próprio dos terremotos;

entretanto chegavam milhares de pessoas que, com os poucos bens que tinham conseguido salvar, procuravam nos barcos surtos no rio abrigo para si e para as suas coisas. — Recolhemos a quantos nos foi possível arranjar lugar a bordo.

Depois de, com o coração cheio de compaixão, termos contemplado o verdadeiro horror daquela desolação, levantámos âncora e prosseguimos viagem.

De volta a Estocolmo, com uma carga de sal, não tardámos a carregar de novo ferro e madeira e a partir para a nossa 5.^a viagem para o Mediterrâneo, durante a qual e depois de termos desembarcado a nossa carga em Cádiz, o Capitão decidiu demorar-se nestas paragens algum tempo a fim de tentar arranjar fretes nestes mares.

Por três semanas andei a sofrer desta minha ferida (recebida pela mão dum salteador em Dublin) mas, curado dela, segui as instruções que me tinham sido dadas e parti para St. Ybes a fim de receber sal.

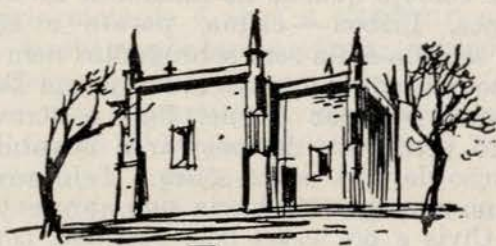
(*) No ms. de Västervik encontra-se *na Praça*, sem mais nada, esquecendo-se de «antiga», isto é, em sueco, *fordna*. Este ponto, na verdade, constitui a maior diferença que se poderá achar entre os dois mss. (Pág. 19).

— À minha chegada todos os depósitos de sal estavam vazios. — Fui assim constrangido a (*noutra letra*) esperar por quatro meses a nova produção de sal.

Como não tinha nada de importância a fazer durante este tempo, empreendi uma viagem por terra para visitar Lisboa.

Tive aí a extrema alegria de encontrar esta cidade bastante reconstruída, guarnecida de belos palácios e casas confortáveis, depois de, alguns anos antes, a ter visto sob os efeitos de uma destruição digna de toda a piedade, na maior desgraça e totalmente devastada.

Finalmente, carregado completamente o meu brigue, tomei rumo para Estocolmo e tendo a viagem corrido bastante bem cheguei aí em Outubro de 1769.



Um Sonho

a caminho da realidade:

A PONTE SOBRE O TEJO

por ALFREDO FERREIRA DO NASCIMENTO

O sonho teve começo quando na manhã de 25 de Março de 1877, há 82 anos, Lisboa — calma, pacata e sonolenta, que ia vivendo o seu dia-a-dia sem sobressaltos nem complicados problemas — topou, ao desdobrar o então ainda jovem *Diário de Notícias*, com um artigo subscrito por Miguel Pais e através do qual este distinto engenheiro procurava demonstrar a possibilidade e a necessidade da construção de uma ponte sobre o Tejo, próximo da capital.

O tema, que no ano anterior havia sido apresentado à Associação dos Engenheiros Civis e por estes bem acolhido, conseguiu provocar na opinião pública uma viva curiosidade. Talvez por isso, Miguel Pais veio a reunir num opúsculo de 47 páginas, intitulado *Ponte sobre o Tejo próximo a Lisboa*, impresso em 1879 na Tipografia Universal, da Rua dos Calafates, todos os seus escritos sobre tão palpitante problema.

É desse curioso folheto que se respigam algumas elucidativas notas.

Depois de descrever a ponte sobre o Tay, na Escócia, considerada como uma das mais extensas então existentes, e a do Lima junto a Viana do Castelo, e ainda de bordar algumas considerações gerais quanto à ligação directa com Lisboa dos caminhos de ferro ao sul do Tejo, preconizava um traçado derivado de Pinhal Novo, passando por Aldeia Galega até ao espigão do Montijo e seguindo daqui a entroncar, através da ponte sobre o Tejo, com a linha de Leste, próximo do Grilo. Miguel Pais enumerava, também, quais as vantagens econó-

micas, políticas e estratégicas que, segundo o seu criterioso modo de ver, adviriam dessa ligação.

A ponte sobre o Tejo, que ele considerava como grandiosa e praticamente exequível, apesar das naturais dificuldades, deveria ter um comprimento de 4.500 metros, dispondo, como a de Viana, de dois tabuleiros dos quais o inferior para o caminho de ferro e o superior para peões e viaturas. Formar-se-ia de 76 tramos, os dois das extremidades com 48 metros cada um e os 74 intermédios todos iguais, com 60 metros cada. O número de pilares seria assim de 75. Sobre o que assentava ao centro, que teria maiores dimensões, e sobre os encontros elevar-se-iam construções no género de torres, as quais serviriam não só para embelezamento do conjunto, como também para abrigo do pessoal de conservação e polícia. A ponte em planta apresentar-se-ia em linha recta e o seu perfil longitudinal seria horizontal, ficando o tabuleiro superior a 26 metros acima do nível das mais altas marés.

Admitindo como possível que as fundações dos encontros e da maior parte dos pilares não apresentassem dificuldades superiores às das pontes de Santarém e de Viana, e depois de entrar em linha de conta com outros elementos de estimativa, Miguel Pais concluía por calcular como custo provável da ponte a importância de 2.500 contos de réis, a que haveria de adicionar mais 500, que tanto custariam os acessos e o resto do ramal.

A ponte levaria mais de 6 anos a construir, e o aspecto financeiro da questão também não apresentava, segundo a sua opinião, grandes dificuldades, pois o rendimento da rede ferroviária do sul era já então de molde a permitir a imediata construção da ponte, e com muito mais razão seria quando estivessem concluídos todos os previstos complementos e ligações.

A terminar o seu trabalho Miguel Pais honestamente declarava:

«... é preciso que todos compreendam bem que não é um projecto estudado, que não é mesmo um anteprojecto, é, quando muito, a *indicação provável* de um anteprojecto, que os estudos posteriores confirmarão ou farão alterar.»

Apesar do estudo do engenheiro Pais ter provocado, como já dissemos, um vincado movimento de curiosidade, e até vivo aplauso da parte dos meios técnicos, a verdade é que não conseguiu, talvez por constituir para o tempo uma concepção em demasia ousada, vencer os limites do sonho e... os da inércia.

Um autêntico romance à Júlio Verne, terão talvez opinado, muito senhores de si, alguns dos conspícuos Acácios que já por esta Lisboa iam proliferando...

Em 1888, no ano em que faleceu Miguel Pais, um engenheiro americano de nome Lye apresentou uma outra solução para a ponte.

Esta seria lançada de Almada ao Tesouro Velho, onde ficaria a estação de passageiros e mercadorias do Sul e Sueste, com entrada pelo Largo das Duas Igrejas. Em 1906 voltou a falar-se deste projecto para alvitrar então o acrescentamento de ascensores que, junto do Cais do Sodré, procederiam ao transporte de vagões entre a linha superior e a estação da Companhia Portuguesa.

Em 1889, dois franceses — Bartissol e Seyrig — propuseram ao Governo a construção de uma ponte a lançar de Cacilhas à Rocha do Conde de Óbidos. A obra por eles projectada compreendia quatro arcos de trezentos metros e seis de cento e sessenta, e o seu custo total, incluindo várias obras acessórias, foi estimado em 9.000 contos de réis. O curioso deste projecto é que fazia da estação do Rossio, ligada à ponte por um sistema de túneis e de viadutos, a testa das linhas do Sul e Sueste. Disse-se então que «seria difícil ideiar maior absurdo».

No ano seguinte, portanto em 1890, um engenheiro português, de nome André Proença Vieira, deu à estampa um estudo no qual criticava severamente a solução Bartissol-Seyrig, baseando-se sobretudo em elementos sobre a estrutura do subsolo fornecidos pelo geólogo Choffat. E, por sua vez, esboçava o projecto de uma ponte entre Almada e um local ao norte da Rocha do Conde de Óbidos, seguindo a linha do Caminho de Ferro até uma gare de classificação junto a Campolide. O custo de tal obra foi calculado em cerca de 7.500 contos de réis.

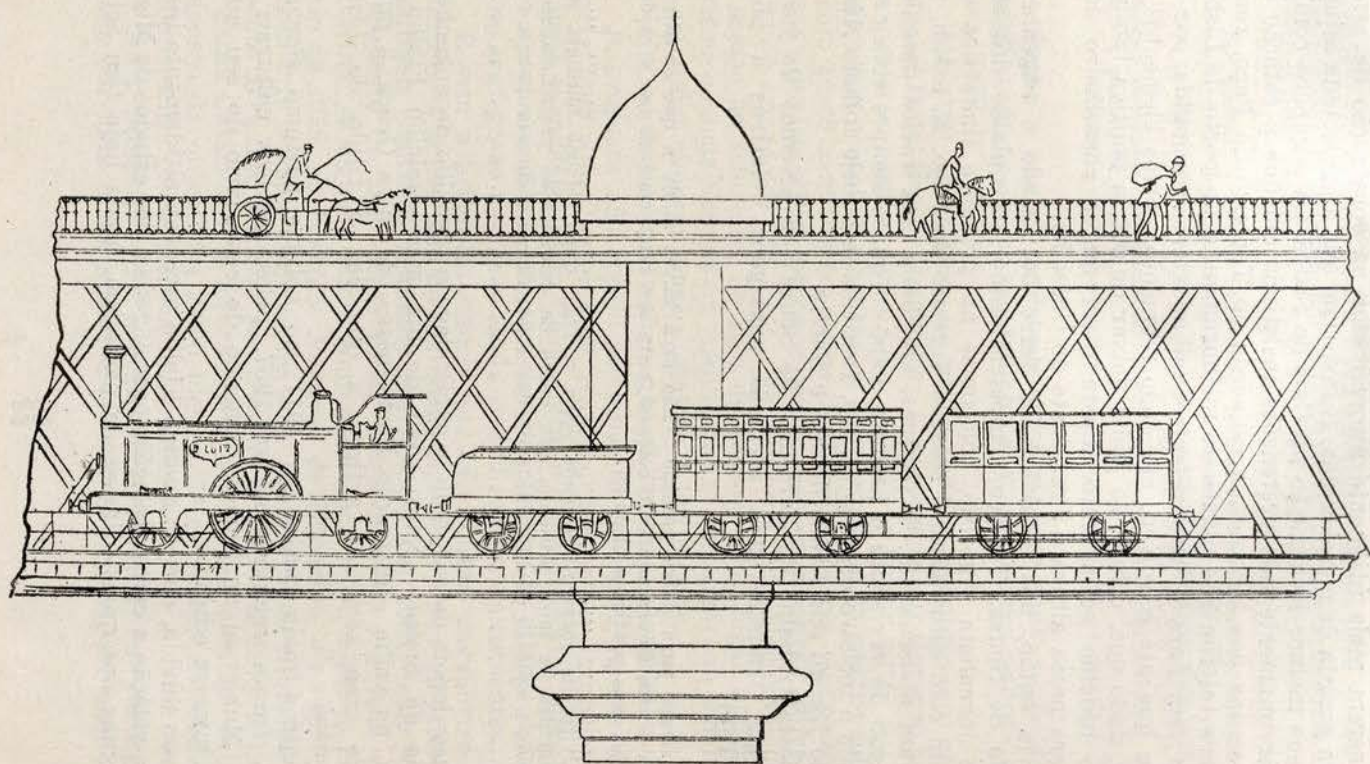
No mesmo ano de 1890, uma firma alemã, «Maschinenbau Aktiengesellschaft», propôs-se construir uma ponte entre o Beato e Montijo.

Aí por 1906, procurou-se obter, em favor de uma empresa americana, a concessão de uma ponte, para peões, viaturas, eléctricos e comboios, entre Almada e o Bairro da Lapa. O assunto foi, porém, apresentado de forma que não era possível avaliar da seriedade do intuito.

★

Abramos um parêntesis, nesta sucessão de projectos, que temos vindo enunciando, para referir a opinião que dois vultos, muito conhecidos e célebres, emitiram, em escritos que tiveram certa expansão, sobre o assunto da ponte frente a Lisboa.

Em 1906 desenvolveu-se acesa polémica acerca da localização da estação terminal, fluvial, dos caminhos de ferro do Sul e Sueste. De um lado os comerciantes, representados pela sua associação, e ao que então se disse movidos por agentes secretos da Companhia Real, do outro os engenheiros dirigentes daquelas linhas do Estado. Pretendiam os primeiros que a referida estação não se fizesse nos terrenos a sul da Alfandega — onde hoje se encontra —, terrenos que afir-



Projecto do eng. Miguel Pais (corte longitudinal)

mavam serem mais útilmente aproveitados na construção de armazéns para guarda de mercadorias. E insistiam que a projectada estação teria a sua melhor localização no Cais do Sodré. Os segundos combatiam acêrrimamente tais pretensões insistindo em que a estação deveria assentar nos terrenos, à esquerda do Terreiro do Paço, reservados para tal fim nos planos de melhoramentos do porto de Lisboa.

Não vem para o caso referir aqui a extensão atingida por tal polémica, que até envolveu, em dado momento, certos elementos do Governo, dado que, como não podia deixar de ser, a política também meteu o bedelho no assunto. Basta dizer que o conselheiro João Franco era nessa altura o Presidente do Conselho.

Servia então, nos caminhos de ferro do Estado o engenheiro Fernando de Sousa. Técnico competentíssimo, na opinião dos seus pares, e jornalista vigoroso, colocou-se na primeira linha dos que defendiam com estusiasmo a solução Terreiro do Paço. E, assim, publicou num opúsculo de 30 páginas, elucidado com vários desenhos, o seu modo de ver sobre o assunto, exposto quase sempre com certa severidade e incisivo espírito crítico. Institula-se aquele folheto *Ainda a estação fluvial das linhas do Sul e Sueste*.

É deste trabalho de Fernando de Sousa — o «Nemo» do jornalismo — que transcrevemos algumas passagens relativas à ponte sobre o Tejo:

«Deixemos para outra geração — não será talvez ainda a que substituirá a presente — esse empreendimento colossal, para nos ocuparmos do que é modesto e comedido, mas prático e urgente.

... ..
O alvitre de construir a ponte sobre o Tejo, como solução imediata para as necessidades da hora presente, não passa de mistificação prejudicialíssima, que transvia a opinião pública, tão propensa à megalomania de meridionais.

... .. »
Pouco depois de ser dado à publicidade o trabalho do engenheiro Fernando de Sousa — pouco mais de um mês — iniciou Fialho de Almeida, na velha «Ilustração Portuguesa», de Silva Graça, a publicação de uma série de artigos a que deu o título de *Lisboa Monumental*.

Reunidos mais tarde, em 1911, no volume póstumo *Barbear, Pentear*, foram reimpressos em 1957, pelos serviços culturais da Câmara Municipal de Lisboa, aquando do centenário do seu autor e numa luxuosa edição.

É, sem duvida, curioso quando Fialho escreveu nitidamente inspirado, em relação a certas soluções preconizadas, nos estudos de Miguel Pais, alguns dos quais, diga-se de passagem, ainda hoje têm actualidade.

Uma das estampas que ilustram a prosa de Fialho tem por legenda: «A grande ponte para caminho de ferro e peões entre as duas Lisboas do futuro», e a respeito de tal obra de arte dizia ele, no seu inconfundível estilo:

«Só quando a Lisboa da outra banda tomasse desenvolvimento uniforme de cidade, e as duas Lisboas, direita e esquerda, desenroladas pelas margens do rio, proclamassem urgência da sua homogenização num todo edilício, é que a ideia da ponte ou pontes monumentais de 9.000 contos (que já começa a endoidar bestuntos, da puerícia mandante, amiga de exibicionismo) deveria ser posta a amadurar...».

★

Fecha-se aqui o parêntesis e retoma-se e enumeração das várias tentativas para objectivar o sonho com que Lisboa andava envolvida desde 1877.

Em 1921, um técnico de nacionalidade espanhola — o engenheiro Alfonso Peña Boeuf — submeteu à apreciação do Governo português um projecto para a ponte sobre o Tejo, a lançar entre o jardim de Santos e o pontal de Cacilhas, a uma altura de 45 metros sobre o rio, e cujo custo avaliava em cerca de 220.000 contos. A extensão desta ponte atingiria 2.232 metros e desenvolver-se-ia sobre catorze arcos de cimento armado de 153 metros de vão, cada um, entre eixos de pegões. O acesso ao tabuleiro, do lado de Lisboa, teria lugar através de um sistema de duas rampas em viaduto que se prolongariam com a Avenida 24 de Julho numa extensão total de 1.115 metros.

Um autêntico mostrengo que felizmente não passou do papel.

A proposta não obteve acolhimento favorável, apesar das conferências que o seu autor aqui realizou, por se ter reconhecido — é o próprio engenheiro Peña Boeuf quem o diz — os sérios inconvenientes que a implantação de um tão elevado número de pilares causaria não só ao tráfego do rio como ainda ao seu regime de correntes.

E vem a propósito referir que este mesmo engenheiro voltou a referir-se à ponte pelo menos ainda mais três vezes. A primeira num congresso científico realizado em Madrid em 1951, onde sugeriu o lançamento de uma ponte pênsil entre Almada e o Alto de Santa Catarina. A segunda numa conferência que levou a efeito, em 10 de Maio de 1958, no *Instituto Nacional de Previsión*, e na qual, falando largamente do seu projecto de uma ponte unindo Gibraltar ao continente africano, afirmou ser possível transpor o Tejo, entre o Alto de Santa Catarina e as alturas junto a Cacilhas, com um único tramo suspenso da ordem dos 2.000 metros de extensão. A terceira muito recentemente, como diremos mais adiante.

Novo projecto surge e desaparece em 1927, este agora apadriñado por uma firma intitulada Cortez & Bruhus, até que...

Até que, por mão do grande e malogrado ministro Duarte Pacheco, o sonho começa, finalmente, a encaminhar-se para a realidade.

E foi assim que, em 1933, um diploma oficial anunciava a conclusão das sondagens geológicas atinentes ao lançamento de uma ponte entre o Beato e o Montijo, seguindo muito de perto o traçado que Miguel Pais havia proposto. Aberto no ano seguinte o respectivo concurso para a construção e exploração, várias razões, que não vem para o caso referir em pormenor mas das quais a principal foi a segunda guerra mundial, impediram que o projecto para a nova ponte fosse levado à prática.

Mas o propósito ficara latente; a inércia havia sido vencida. Entretanto o problema da ligação rápida entre as duas margens do Tejo, frente a Lisboa, foi-se agravando cada vez mais, dado não só o desenvolvimento sempre crescente da urbanização na outra Banda como também, e sobretudo, a intensificação do tráfego inter-regional. Por tudo isso urgia encontrar a solução adequada, tanto mais que o coeficiente de aumento do tráfego crescia de ano para ano, sem que nele se sentisse alívio sensível trazido pelo funcionamento da ponte Marechal Carmona, em Vila Franca de Xira, e com a agravante de que o sistema de «ferry-boats» se mostrava impotente para fazer face às necessidades.

Reconhecida a importância e a transcendência do problema, que as circunstâncias aconselhavam fosse resolvido no mais curto prazo possível, resolveu o Governo nomear em 1953 uma comissão, presidida pelo falecido engenheiro Barbosa Carmona, à qual cometeu o encargo de proceder ao estudo das ligações rodoviárias e ferroviárias entre Lisboa e a margem sul do Tejo. Duraram três anos os trabalhos desta comissão. Para dar uma ideia, embora imperfeita, da complexidade dos estudos levados a efeito basta referir que os mesmos incidiram sobre as condições geológicas, hidráulicas e topográficas da obra; sua viabilidade económica; influência no regular funcionamento do porto de Lisboa, nos tráfegos rodoviário e ferroviário, etc.

Dois aspectos desses estudos merecem referência especial.

O primeiro consistiu no reconhecimento geológico do leito do rio. A zona escolhida para este trabalho compreendia-se entre uma linha indo de Belém ao Porto Brandão e outra do Terreiro do Paço a Cacilhas. Para o efeito foi contratada com uma firma francesa especializada — Compagnie Générale Géophysique — a realização dos necessários trabalhos de prospecção geofísica, em que colaboraram técnicos portugueses, tendo sido postos em acção os mais modernos métodos de prospecção eléctrica de refração sísmica, com rebentamento de fortes cargas explosivas submersas. Na margem norte foram efectuadas sondagens geológicas que atingiram a profundidade de 200 metros.

O segundo foi o estudo do tráfego rodoviário para a ligação entre as duas margens do rio, frente a Lisboa, missão levada a efeito pela Junta Autónoma de Estradas.



«A grande ponte para caminho de ferro e peões entre as duas Lisboas do Futuro»

(Lisboa Monumental, de Fialho D'Almeida)

É difícil descrever resumidamente e de forma clara como se organizou e decorreu tal trabalho, que se cifrou no «recenseamento especial do tráfego na região de Lisboa e margens do Tejo a Sul de Vila Franca de Xira», e em «inquéritos direccionais na Ponte Marechal Carmona e nas carreiras de «ferry-boats» de Cacilhas, Trafaria e Montijo».

Os números seguintes dão uma ideia, embora incompleta, do volume do trabalho efectuado:

Número total de agentes recenseadores e funcionários que intervieram no estudo	414
Número total de boletins utilizados	4.762
Número de horas de trabalho despendidas	17.800

De quanto foi concluído parece-nos ter interesse apontar os resultados que seguem:

Número de veículos que, diàriamente, entram e saem de Lisboa	37.052
---	--------

Tráfego rodoviário previsto na obra de travessia, em 1970:

Tráfego médio diário da região de Lisboa e inter-regional que provavelmente atravessará a obra de arte	16.766	veículos
Tráfego inter-regional que será atraído para a obra	2.900	»
<i>Total</i>	19.666	»

De onde:

Número de veículos por ano	7.178.000
Tráfego médio horário (14 horas por dia), veículos/hora	1.404
Tráfego provável para a hora de ponta, veículos/hora	3.150

A este estudo, que, sem favor, é de classificar como muito notável, se refere com larga minúcia, uma publicação editada pela Junta Autónoma de Estradas, e cuja consulta é de recomendar a quem se interesse por estes assuntos.

Quatro anos depois de ter sido nomeada, portanto em 1957, apresentou a comissão o seu relatório, concluindo pela viabilidade da construção de uma grande ponte ou de túneis para a transposição do Tejo.

Feitos outros estudos, estes agora girando à volta dos custos previstos, entendeu-se propor a solução, debaixo do ponto de vista económico mais recomendável, de construir uma ponte para o tráfego rodoviário e um túnel para o tráfego ferroviário. Outra vantagem apresentava esta solução, qual a de permitir que o problema se solucionasse por escalões, incluindo no primeiro a ponte e no segundo o

túnel. O custo total destas duas grandiosas obras foi computado em dois milhões de contos, cabendo à ponte um milhão e meio e ao túnel 500 mil.

A Câmara Corporativa, ao dar, recentemente, parecer sobre o 2.º Plano de Fomento, foi de opinião, na parte respeitante à ponte e ao túnel, que era de condenar a obra em duas fases por não ser económica e ainda por poder apresentar o perigo de se não fazer a ligação ferroviária, tida como indispensável. E propôs que seja levada a efeito a construção paralela das duas ligações adoptando-se os processos mais de aconselhar, tendo em conta os aspectos técnicos, económico e da defesa nacional.

Alguna coisa parece ter resultado desta sugestão. Em que consiste, a seu tempo se saberá.

Se o anteprojecto da ponte vier a sofrer modificações, estas não serão, segundo todas as probabilidades, muito profundas.

Por isso não vimos inconveniente em nos basearmos nele para dar nota de alguns dos seus pormenores, que revestem maior interesse e são bem elucidativos quanto à grandeza da obra que se pensa levar a efeito.

Com o propósito de evitar interferências com os tráfegos locais de Lisboa e de Almada, facilitando as ligações inter-regionais, está previsto que a ponte seja localizada entre um ponto, na margem norte do rio, ligeiramente a jusante da doca de Santo Amaro, e na margem sul num terreno cerca de 400 metros para poente do monumento a Cristo-Rei. Assim, a ponte terá 2.000 metros de extensão, com um tramo central de 1.000 metros e dois laterais com 400 metros cada. Ficarão, pois, dois pilares no rio. Estes assentarão numa camada de rocha firme, a 70 metros de profundidade, terão 40 metros de largura e as respectivas torres elevar-se-ão a uma altura de cerca de 200 metros acima do nível das águas do rio.

O tabuleiro correrá a uma altura de 70 metros, considerada como suficiente para permitir a passagem dos maiores navios, e terá quatro faixas de rolagem, duas em cada sentido, totalizando 15 metros de largura. Não haverá, pois, trânsito de peões, mas está prevista a organização dos necessários serviços de autocarros para o transporte rápido de passageiros, muito embora se tenha decidido não suprimir os transportes fluviais.

Toda a construção da ponte obrigará ao emprego de vastos e complexos meios — imagine-se, pelo menos, o que serão os estaleiros da obra — mas a parte mais difícil será, sem dúvida, a do lançamento dos pilares, dada a profundidade a que terão de descer.

Em tudo uma obra verdadeiramente monumental.

Além da ponte propriamente dita, um viaduto com cerca de 1.000 metros de extensão será construído na margem norte, desde o extremo da ponte até um local situado junto ao bairro Salazar, na encosta sul de Monsanto.

O acesso a este viaduto far-se-á através de duas vias ligando com a auto-estrada e de uma outra que irá entroncar com a Avenida de Ceuta, a qual será destinada a conduzir o tráfego inter-regional até à 1.^a circular de Lisboa. Esta assegurará as ligações com as estradas nacionais que partem da capital e, muito principalmente, com a auto-estrada do vale do Tejo, já em construção, e proporcionará um enlace fácil com as vias urbanas.

Na margem sul, o acesso à ponte terá lugar através de uma auto-estrada, com início num local chamado Fogueteiro, um pouco a sul de Coima. Vários nós de ligação foram previstos, um dos quais com o futuro traçado de uma estrada nacional, do tipo via rápida, tendo os seus extremos na Cova da Piedade e na Costa de Caparica.

★

Abre-se novo parêntesis, desta vez para referir outras intervenções neste assunto da ponte.

É a primeira constituída por um projecto, datado de 1938, da autoria do engenheiro Zuzarte de Mendonça, que sugeria o lançamento de uma ponte entre a Junqueira e a margem esquerda.

A segunda, vinda a lume há cerca de um ano no *Diário de Lisboa*, é subscrita pelo conhecido architecto Cassiano Branco, que condena, apontando inconvenientes de carácter sismológico, a solução túnel, e preconiza, através do seu longo e curioso estudo, a construção de uma ponte pênsil, sem pilares implantados no rio, a lançar entre o sítio de Buenos Aires, na margem norte, e Almada, do lado oposto. Esta ponte teria 3.000 metros de extensão total, com um vão livre de 2.000 metros. Dotada de dois tabuleiros, com 50 metros de largura cada um, sendo o superior destinado a automóveis ligeiros e autocarros, e o inferior para viaturas de transporte de carga pesada e caminho de ferro. Aos peões seriam destinadas varandas correndo às ilhargas do tabuleiro superior.

Finalmente, a terceira é da autoria do já referido engenheiro Peña Boeuf, que num artigo recentemente publicado, também no *Diário de Lisboa*, sugere o lançamento de uma ponte pênsil, sem pilares intermédios, entre um ponto próximo da doca de Alcântara e o pontal de Cacilhas, numa extensão total de 1.900 metros.

★

Voltemos ao anteprojecto elaborado pela comissão oficial.

É de prever se não surgirem imprevistos ou a necessidade de serem levados a efeitos estudos complementares — que o concurso para a construção da ponte, em regime de concessão, possa ser aberto, livremente, a empresas nacionais e estrangeiras ou mixtas, dentro



A ponte sobre o Tejo vista do Castelo de S. Jorge

(Fotomontagem amavelmente cedida pela J. A. E.)

de um prazo relativamente curto e de forma que a adjudicação se efective ainda este ano.

Os adjudicatários, dentro do ano seguinte, terão de apresentar o projecto definitivo, de forma que, na melhor das hipoteses, a obra poderá ser iniciada em 1961, para estar concluída cinco anos depois.

O sonho caminha, pois, a passos seguros, para a realidade, realidade que constituirá pelos tempos fora um dos mais eloquentes testemunhos de uma época fértil de realizações em prol da grei.



O Pintor
A. U. WERTMÜLLER
e
PORTUGAL

por MICHEL BENISOVICH
(de New-York)

O pintor sueco Adolf-Ulrich Wertmüller não é, cremos nós, conhecido como merece. As maiores personalidades do seu tempo pousaram diante do seu cavalete: a rainha Maria Antonieta em Versailles; a duquesa de Alba em Madrid; o presidente dos Estados Unidos na sua capital. No entanto, estas obras são pouco conhecidas, excepto pelos especialistas. A primeira razão disto é que os gravadores não as vulgarizaram pela estampa e a segunda é que a existência do «pintor sueco» (era assim que ele assinava) foi deambulatória.

Educado em Paris e na Itália, o artista teve princípios difíceis na província, em Lião. Depois, em Paris, foi o protegido de todos os visitantes de marca, nórdicos, entre eles o rei da Suécia ao viajar incógnito. Em consequência da encomenda do retrato da Rainha de França e dos seus dois filhos, uma cabala se formou em Paris contra Wertmüller. Por tal razão, a que vieram juntar-se os prenúncios das tempestades pré-revolucionárias, parte para Bordéus, cidade próspera onde havia uma importante colónia estrangeira. Depois vai para Madrid em busca de encomendas reais. O duque de Alba recusa-se a pagar-lhe o preço exigido pelo seu retrato e o da sua célebre esposa, e há que recorrer à arbitragem de pintores espanhóis escolhidos *ad hoc*. Segue-se uma longa estadia na província em Cádiz, de Janeiro de 1792 a Junho de 1794, em que executa poucos retratos, um deles o da célebre mundana Ibáñez, e faz comércio com as suas reduções dos retratos do rei e rainha de França de que toda a gente queria

ter a effigie depois de o cadafalso os ter votado à Imortalidade. Por fim, o salto para o desconhecido — a América, onde George Washington pousa para ele na sua capital de então, Filadélfia. Deve dizer-se que este retrato teve um êxito modesto e que dele se fizeram poucas réplicas. Os leitores democráticos acharam que o seu presidente fora retratado por forma que lembrava acentuadamente um cortezão do antigo regime.

Wertmüller conservou-se nos Estados Unidos até 1811, estadia esta interrompida apenas por uma viagem a Paris e Estocolmo por motivo de assuntos familiares. Viveu numa propriedade sua com sua mulher, cultivando a terra com alguns escravos e trabalhando também no género *petit-portrait*.

O modo de viver de célebre pintor nos Estados Unidos, contámo-lo já nós em dois artigos publicados nos Estados Unidos e na Suécia («O leilão do *atelier* de A. U. Wertmüller», in *The Art Quarterly* — 1953, vol. XVI, n.º 1, e *Kinshistorisk Tidskrift* — 1953, vol. XXII, n.º 1-2).

Foi em Cádiz, no ano de 1792, quase sem trabalho, que ocorreu a Wertmüller a ideia de visitar Portugal em busca duma clientela que se tornava rara. Tinha já um correspondente, talvez um freguês mesmo, na capital portuguesa, um certo senhor Lonsing acerca do qual nos faltam notícias, mas capaz de fornecer informações sobre a possibilidade que havia de o artista arranjar clientela. Se Lonsing tinha já feito encomendas (em Espanha talvez) a Wertmüller, não encontramos traço do seu nome no *livro de razão* ou registo que o artista mantinha cuidadosamente em dia através das suas deslocações, documento este de importância capital que esperamos publicar e comentar brevemente nas páginas da *Gazette des Beaux-Arts*.

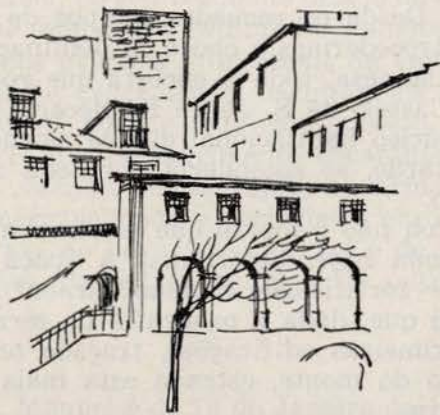
Uma grande parte da correspondência de Wertmüller acha-se na Biblioteca Real de Estocolmo e a outra nos Estados Unidos. É na Suécia que se encontram as duas cartas dirigidas a Wertmüller que poderão interessar os leitores portugueses e cujos extractos publicamos a seguir.

Eis a resposta de Lonsing, datada de 30 de Maio de 1792, às duas perguntas de Wertmüller — 1.º) é permitido a qualquer artista ir a Portugal para lá exercer o seu ofício? 2.º) há nesse país suficiente gosto pela pintura e retribuem-se devidamente os trabalhos de qualidade?: «...Mas é difícil obter um preço acima de quatro onças de prata de Espanha por um retrato em busto», acrescentando que poderia contar com encomendas de 20 a 30 retratos e que *Monsieur Kantzov* (agente diplomático sueco) «destina-vos o retrato de sua esposa, uma das mais bonitas mulheres». E mais adiante: «Fora algumas relações francesas e muito agradáveis, não há nenhuma por assim dizer. A cidade é horrivelmente suja e desagradável pelos ventos que aqui reinam permanentemente e que enchem as ruas de poeira que não se pode lá estar. A Corte é menos brilhante que a de

Espanha e actualmente tão retirada que mal nos apercebemos que estamos na Capital. Os campos são muito belos e ricos e os lugares os mais românticos. Estou pouco satisfeito com o quadro que acabo de vos encomendar».

A segunda carta é dirigida a Wertmüller em resposta às suas perguntas por Kantzov, o representante da Suécia em Lisboa, com data de 28 de Junho de 1793, em vista da sua eventual vinda: «A ignorância mal começa adissipar-se. Os vossos talentos vos proporcionarão também aqui dupla justiça. O momento actual não é favorável para as Artes e a Ciência».

Infelizmente para a história da Arte esta visita de Wertmüller «o Sueco» a Lisboa não chegou a efectuar-se e ele ficou durante dois anos em Cádiz até à sua partida para Filadélfia.



Velha Artéria da Cidade

A COSTA DO CASTELO

ou a

História de uma Rua sem Casas

por FERREIRA DE ANDRADE

FORAM séculos... Desde os recuados tempos de Olisipo, ou, talvez mesmo, se retrocedermos à época da dominação fenícia ou goda, iberica ou cartaginesa, toda a encosta que rodeava o monte que hoje se denomina Castelo de S. Jorge foi decerto caminho aberto de passagem para o núcleo habitacional que se alcandoraria, lá no alto, e que, anos mais tarde, se estenderia por toda a vertente, atraído pelas águas do Tejo.

Fortificado já ou não o morro que se elevava a cavaleiro do rio — impossível é, ainda hoje, determinar a época da construção do primitivo *castrum* — fortificação romana? arabe? dos próprios povos bárbaros? — certo é que, dada a orografia do terreno, foi, logo após a existência das primeiras edificações, traçado um caminho natural em toda a extensão do monte, estrada esta mais tarde aproveitada para linha de cintura.

Uns aos outros se adicionaram os séculos. Com Afonso Henriques um novo ciclo começa na história desta artéria de Lisboa. A mais antiga? Decerto. Vereda aberta a todos os caminhos do Rio, traço de união entre a Acrópole e o Tejo, entre a cidade primitiva e os córregos que serpenteavam pelos campos verdejantes da póvoa e as praias que se estendiam ao longo da sua encosta.

Lisboa e o Tejo, identidade de sonhos e de aventuras, que desde então consubstanciava a grandeza da urbe e lhe traçara o seu destino ecuménico, directriz que, mais tarde, quando nas margens do Tejo pulsava o coração do universo, destronada Veneza e os grandes em-

porios mediterrâneos lhe abriu de par em par as portas dos Oceanos e lhe franqueava as entradas de todos os continentes.

★

Durante anos e anos toda esta artéria não foi mais do que um caminho de passagem. E foram séculos... Diz-nos Herculano que «havia em algumas cidades antigas, bairros, de onde os inconvenientes de residência afugentavam os moradores. Estes bairros eram os do recinto da povoação primitiva. Para reter aí os habitantes concediam-se-lhes privilégios especiais; e, por isso, os da almedina de Coimbra e os da Alcáçova de Lisboa estavam desobrigados do serviço militar no exército ou hoste, e da anúduva ou trabalhos públicos de fortificação».

Houve, de facto, desde os primeiros tempos uma natural relutância dos lisboetas em edificarem no morro do Castelo. Uma excepção: a construção do núcleo populacional denominado *Vila Quente*, o qual, como havemos de referir, se suturou em 1531.

Toda a Alcáçova — como o demonstram as gravuras conhecidas e o testemunham documentos — ficava isolada, tal-qual cesto de gávea no cimo do mastro de uma nau. Senhor dos Paços Reais, onde sempre habitou, quis D. Manuel, no seu veemente desejo de urbanizar e engrandecer a urbe — nesse tempo já a capital dos mundos então descobertos, meca de artistas e dos grandes intelectuais da época, que, aqui, neste cantinho da Europa, se cruzavam e discutiam os altos problemas do comércio do Oriente —, povoar toda esta encosta, soberbo anfiteatro sobre as águas do Tejo e de movimento constante, febril, de naus e de caravelas, num vaivém ininterrupto de armadas que, saindo e entrando a barra, mercenciavam especiarias e ouro e pedras preciosas e nos traziam «novas» de novas descobertas e de vitórias, «notícias» de outras civilizações, de outros mundos, de outras gentes e raças.

★

O Alvará de D. Manuel é de 10 de Janeiro de 1499 ⁽¹⁾ e determina que a Câmara mandasse «apregoar», para conhecimento geral, que EI-Rei concedia a todas as pessoas que construíssem casas, desde a porta da Alfofa ⁽²⁾ até ao postigo de Santa Maria da Graça ⁽³⁾, os mesmos privilégios e liberdades de que gozavam os moradores da Alcáçova ⁽⁴⁾.

(1) *Elementos para a história do Município de Lisboa*, Freire de Oliveira, vol. I, pág. 382.

(2) Na confluência das escadinhas de S. Crispim com a Costa da Castelo e a Rua do Milagre de Santo António.

(3) Demolido arco de Santo André.

(4) Ver nosso trabalho «Palácios Reais de Lisboa».

Para melhor atrair os lisboetas a edificarem na Costa do Castelo, D. Manuel isentou os terrenos do pagamento de qualquer foro.

Alguns edificios se principiaram a construir. Do lado oposto à elevação da Alcáçova e das muralhas, existiam já alguns palácios e casas conventuais, igrejas e simples casas de habitação. Do lado oposto, na vertente da encosta, onde teriam começado essas edificações? Desconhece-se. A pouca segurança do terreno (rocha calcária, alternada com bancos de areia fina) ⁽⁶⁾, os constantes desabamentos de terra, e, decerto, o ruir das novéis edificações levaram D. Manuel a publicar, em 21 de Junho de 1504, o seguinte alvará ⁽⁷⁾:

«Nós El Rei fazemos saber a vós vereadores, procuradores e procuradores dos mestres desta nossa cidade de Lisboa que a nós apraz e havemos por bem que daqui em diante não deis nenhum chão de arredor do Castelo para nele se fazer nenhuma obra assim como vai dessa porta dalfofa pelo postigo da noqueira até a porta de Santo André por quanto os chãos que se nesses lugares derem trazem muito dano ao dito castelo e assim aos paços...»

E não mais se construiu. Continuaram, no entanto, as escavações para a extracção de areias, o que ocasionava desabamentos de terras. Para coibir o perigo de tal prática, ordena de novo o rei, em 26 de Fevereiro de 1513, que não mais se retirasse material algum ou se abrissem caminhos em toda a encosta sob pena de dois mil réis de multa e açoites. Mas, note-se, só se dariam açoites se fosse pessoa em *q̄ caiba açoutes* ⁽⁷⁾...

Depois, já no reinado de D. João III, em 10 de Março de 1523, a Câmara, em resposta a uma carta deste monarca, dá-lhe conhecimento do estado em que se encontrava a Costa do Castelo, e do remédio que urgia dar-se-lhe para evitar os contínuos desabamentos de terras. Mandara o rei que se desfizessem os caminhos já feitos para se *pentearẽ e maneira que as agoas viessem per todo e não per logar ... e se meterẽ salgadeiras pera com elas se soutetar a terra*. A Câmara, ouvido o parecer dos seus *ofeciais pedreiros*, que opinavam não haver caminhos e fossem *taxados e penteados e onde covas ouver se tapem e enchã de terra pera nelas as agoas nã êpocarẽ*, aconselhava, no entanto, que se não devia *bolyr cõ ela e a ãeixar como sempre esteve por que esta a visto que onde nũqua se cõ a dicta Costa bolio estar segura e não fazer nhũn movimẽto* ⁽⁸⁾.

E os anos passaram. A Costa do Castelo continuava sendo uma *rua sem casas*.

Ruíra já a *Vila Quente*, toda a encosta urbanizada para lá da porta de S. Lourenço, junto do postigo de Santo André.

(6) *O Castelo de S. Jorge*, Vieira da Silva.

(7) *Livro II de Emprazamentos*, fl. 16 (Arquivo Municipal).

(8) *Elementos*, vol. I, pág. 415.

(9) *Corpo Cronológico*, Parte I, Maio 29, doc. 32 (Torre do Tombo).

E o perigo, sempre iminente, do desabamento da Alcáçova, permanecia. A Câmara, atemorizada pela aproximação do Inverno de 1544, manda a D João III um novo auto de vistoria feita ao local e pede providências (9).

Uns anos depois são tomadas novas e drásticas medidas para evitar os abusos que se continuavam a praticar. Manda D. Sebastião (Alvará de 16 de Julho de 1563) (10) que fosse preso e pagasse multa, e ainda «açoutado e degradado p^r hũ anõ p^a as galees» todo aquele que extraísse barro, areia ou terra na Costa do Castelo, pelo «dano — lê-se neste alvará — q̄ *diso* se pode seguir ao dito Castello e assi aos paços dalcacova».

E uns anos mais rodam na esfera do tempo. Os Paços da Alcáçova mais não eram que uma pálida sombra da magnificente pousada real do Senhor D. Manuel, não obstante as obras que lhe foram impostas por D. Sebastião (11).

Novos paços reais se erguiam já na capital do Reino, junto às águas do Tejo, lado a lado dos estaleiros navais.

Abandonado, assim, o velho palácio dos reis de Portugal, diminuído, como é óbvio, consideravelmente, o movimento de peões, carruagens e cavalos entre a parte baixa da cidade e o morro do Castelo, todo este burgo, outrora o principal da cidade, era então um modesto labirinto de ruelas, onde, aqui e além, se erguiam ainda este ou aquele palácio.

A Costa do Castelo perdera os seus mais nobres pergaminhos de principal artéria da cidade, caminho onde cavalgavam majestades e filhos de algo, navegadores e almirantes dos mares da Índia, embaixadores e enviados de Roma, Paris, Veneza...

O velho paço real que outrora albergara reis e príncipes, que assistira ao nascimento do teatro português, que recebera Vasco da Gama após o triunfal regresso da nossa maior aventura, palco e cenário das mais belas páginas da história pátria, servia agora, nesse triste dealbar do século XVII, de aquartelamento à soldadesca castelhana.

À incúria, ao abandono dos poderes públicos, somavam-se a malvadez ignara da tropa e as tropelias boçais do rapazio infrene. A Câmara de Lisboa expõe a Filipe III os perigos a que cada vez mais estava sujeita toda a Costa do Castelo. A respectiva consulta, de 13 de Janeiro de 1620, é do teor seguinte (12):

«El rei Dom Manuel e os reis passados mandarão que senão lavrasse nem movesse a terra das Costas do Castelo em redondo, e em particular da porta de Santo André até à d'Alfofa, e que plantassem ali salgadeiras, pera effeito de sustentarem a dicta terra, que não corresse pera fortificação do mesmo Castello,

(9) *Livro III de D. João III*, fl. 31 (Arquivo Municipal).

(10) *Elementos*, vol. I, pág. 568.

(11) *Palácios Reais de Lisboa*, trabalho do autor, pág. 132.

(12) *Elementos*, vol. I, pág. 568.

e das casas que stão ao redor por baixo d'elle, por tantas ruas da cidade; e porq̃ os soldados do Castello laurão a d. terra e as d. salgadeiras se extinguirão, e, por esse resp.^{to}, cahirão já penedos e pedaços de terra, e as mesmas casas do Castello estão arruinadas, e se teme que, se se continuar a laurar da d. terra, como os ditos soldados o fazem cada anno, auera ruinas e perigos manifestos em dano das dittas propriedades, e tanto he isto assi q̃ El Rei dom Sebastião, q̃ sta em gloria, mandou por seu alvara de 16 de Julho de 1563 que se não tirasse da ditto costa barro nem areia, por senão mouer nem diminuir a ditto terra, e por esse resp.^{to}, o defende a cidade per hũa port.^a. pareceo q̃ conuinha ao serviç.^o de V. Mag.^a e bem comũ fazerlhe esta lembrança, pedindolhe mande ao mestre de campo general que, em nhũa man.^{ta} consinta laurar as dittas terras, e mãdem por nellas as salgadeiras, e as deixê por liurem.^{to} a cidade p.^a segurança do sobre ditto, e assi o mandava El Rei D. Manuel e se foi sempre continuando.»

Mas não foi sòmente a malvadez da soldadesca castelhana, o seu «à vontade» em lavrar os terrenos que circundavam o Castelo, mas também o facto de transformarem toda a colina num infecto monturo, que levaram a Câmara a solicitar do Rei enérgicas medidas de repressão. Já dez anos antes o Senado ordenara «que não lancem sujidade detrás de Nossa Senhora da Rosa e postigo de S. Lourenço» (13).

★

E mais um século decorreu. No alto do castelo erguiam-se casebres, casamatas, barracões infectos. As muralhas eram, pouco a pouco, sepultadas entre muros de alvenaria e o crescer desordenado de pequenos hortejos e olivais.

Em todo o lado da Costa do Castelo, adjacente ao morro, um único prédio se edificou: o prédio que se ergue em frente ao palácio dos Marqueses de Tancos e do qual mais adiante falaremos.

Soldados e outros habitantes dos casebres que, clandestinamente, desordenadamente, se foram erguendo por entre muralhas e socalcos, numa verdadeira teia de vielas, obliteravam toda a encosta e transformavam-na num autêntico monturo.

Por este motivo, viu-se de novo o Senado na obrigação de ressurgir as velhas portarias municipais. Em 1712 expõe ao Rei (14), a necessidade de se coibirem tais desordens, dado «o grande danno» que advinha para a cidade de se «lavrarem as terras do Castelo, porque as lavouras que n'ellas se faz todos os annos, sem duvida se revolvem e, ficam soltas, com as águas do inverno», provocando as enxurradas, «com prejuízo da fortificação do Castelo cujos alicerces se vão descarnando por esta causa».

Em 1739 uma determinação régia (15) manda que se limpe toda a Costa do Castelo e «que se ponha em termos de passarem por ella carruagens e gentes, sem o menor embaraço; e que se não consinta

(13) *Livro de posturas reformadas, etc.*, de 1610, fl. 186 e seg.

(14) *Livro I de reg. e cons. de D. João V.*, fl. 261 v. (Senado Oriental) Arquivo Municipal.

(15) *Livro III de cons. e dec. D. João V.*, fl. 338 (Senado Ocidental) Arquivo Municipal.

se lance d'aquí por diante, mais caliça ou coisa que possa impedir a dita passagem». O perigo de esboroamento era constante.

Por esta altura toda a Costa do Castelo havia sido calçada de novo ⁽¹⁶⁾ e construído um muro «com 25 varas de comp.^{do}, 8 palmos de alto e 3 de grosso» ⁽¹⁷⁾.

★

Sòmente nos últimos anos do século XVIII se começaram a edificar alguns prédios, e estes do lado oposto à encosta.

O terremoto de 1755 emprestara uma vida nova à cidade.

A carência de habitações levava a população a abrigar-se onde fosse possível construir provisoriamente um abrigo. Na Costa do Castelo, como na grande maioria das artérias de Lisboa, surgem as barracas improvisadas ⁽¹⁸⁾.

O receio de se construir desvanecia-se. Com o dealbar do século XIX a Costa do Castelo vai, pouco a pouco, perdendo o seu «ar» de abandono, rústico, provinciano.

Desaparecia, sim, a secular *rua sem casas* para surgir uma artéria digna de Lisboa, bordada (únicamente ainda do lado de nascente ao poente) de prédios novos, debruçados sobre as colinas da cidade, mas sem perder o característico perfil da primitiva estrada romana.

Do lado oposto sòmente se erguia ainda o mesmo edificio setecentista que sobressai em todas as gravuras de então. Todo o monte continuava a ser um extenso chão de oliveiras, agro de cultivo ocasional, hortejos divididos por toscos muretes de tijolo.

As despesas avultadas que um desaterro e suporte de terras podiam ocasionar afugentavam os possíveis construtores de moradias.

Já então se instalara no velho casario da Alcáçova a Casa Pia de Lisboa. Todos os terrenos anexos às precárias instalações eram, no entanto, aproveitados em benefício de tão simpática e louvável instituição de Pina Manique.

Na *Gazeta de Lisboa*, de 22 de Setembro de 1817 (como já acontecera em 1814), um pequeno anúncio chamava a atenção dos leitores:

«Quem quizer arrendar o olival da Costa do Castelo e várias arvores e terras de sementeira, dirija-se à Real Casa Pia.»

No ano seguinte, a 18 de Outubro, é publicado outro anúncio.

Pelos anos que se seguiram, toda a encosta do Castelo continuou sendo campo de cultura, onde cresciam, como nos longínquos tempos da moirama, as características oliveiras.

⁽¹⁶⁾ *Colec. pombalina*, Códice 646, fl. 384 e 393 (B. N. de Lisboa).

⁽¹⁷⁾ *Idem*.

⁽¹⁸⁾ *Livro IX do Bapt. de S. Cristóvão*, fl. 84 e 120.

Como facilmente se compreende, a não existência já no Castelo (desde as invasões napoleónicas) da Casa Pia de Lisboa e os malefícios das próprias tropas de Bonaparte, transformaram, por abandono e malvadez, todo o monte num verdadeiro monturo. É o que nos demonstra e petição que os habitantes da Costa do Castelo dirigiram em 1833 ao Rei ⁽¹⁹⁾ :

«Nela se expõem os prejudiciais incomodos que estão soffrendo, com grande risco da Saúde Pública desta Capital, em consequência da copiosa quantidade de immundicias que se precipitou de hum deposito existente no Olival, junto ao Castello de S. Jorge, aonde recebem os despejos dos quartéis e do Hospital do mesmo quartel, etc.». ⁽²⁰⁾.

★

Em 1860, na sessão da Câmara de 17 de Setembro, o vereador Luís de Almeida e Albuquerque propõe, muito criteriosamente, que a Câmara se entendesse com os Ministérios do Reino e da Guerra para se iniciar a arborização das «encostas do Castelo e da Graça».

Entretanto, a Costa do Castelo continuava uma *rua sem casas*, ou melhor uma rua somente edificada num dos lados. Do outro, as barracas construídas após o terremoto eram já ruínas ⁽²¹⁾.

Em 1833, um novo ciclo se inscreve na história desta vetusta artéria. O ritmo de construções então iniciado não pára. E uma e outra e outras casas surgem.

Na sua magistral obra *Lisboa Antiga* escrevia, no ano seguinte, Júlio de Castilho ⁽²²⁾ :

«Agora, neste verão de 1884, parece que os proprietários perderam afinal todo o susto, e estão edificando na rua do Milagre de Santo António ⁽²³⁾ e em vários pontos da Costa (e isto desde uns dois anos a esta parte) grandes prédios (muito feios, valha a verdade). Quando passo — continua o Mestre — observo sempre o trabalho. Começa-se sempre por abrir no larguíssimo corpo da muralha que sustenta a ribanceira, enormes portas, por onde se foi extraindo a terra de uma altura de muitos metros, desentulhando até ao nível da calçada ⁽²⁴⁾.

⁽¹⁹⁾ Arquivo Histórico do Ultramar, Papéis avulsos.

⁽²⁰⁾ É curioso anotar que nesse ano de 1833 grassava já em Lisboa o «Terrível flagelo da Cólera Asiática, que tantos horrores tem produzido na Europa, e ainda agora os renova em alguns pontos do Norte da França», como se escreve na citada petição. Em 1836 foi calcetada de novo a Costa do Castelo (*Sinopses*, 1836, mapa n.º 28).

⁽²¹⁾ Arquivo Municipal, 1870.

⁽²²⁾ Vol. iv, pág. 133.

⁽²³⁾ Troço da Costa do Castelo que vai das escadinhas de S. Crispim à Rua Bartolomeu de Gusmão.

⁽²⁴⁾ Em 1833 foi construído o prédio do lado direito da Torre de S. Lourenço e em 1884 foram edificados outros prédios do princípio da rua — os que hoje têm os números de policia 2, 4 e 6, por Luís António Xavier, o número 8, por Joaquim António Soledade e os números 12, 14, 16 e 18 por Francisco Paulo França. No ano seguinte a Companhia de Crédito Edificadora Portuguesa construiu um outro para Carlos Cohen.

Mais tarde, em 1911, escreveria também Gomes de Brito ⁽²⁵⁾ o seu próprio testemunho e a sua incompreensão pelo abandono a que continuava votada toda a encosta do Castelo de S. Jorge:

«Quem poderá, porém, olhar para essa encosta do Castelo avançando em primeiro plano sobre a linha do Tejo, encarando sobrececho à barra, dando de chapa nos olhos de quem fundea no vasto ancoradouro; quem poderá olhar para a estúpida perspectiva daqueles três prédios de casas sem se convencer para logo que não é em Lisboa, com certeza, que o sentimento do belo tem seu domínio? Nestes nossos dias, em que tudo que sejam iminências, pontos de mira, onde os olhos possam recreiar-se, ao passo que o espírito recebe para logo impressões decisivas, se alhanam, se atapetam, se matisam de verduras, de plantas finas e de flores, disposto o conjunto em graciosos desenhos, triunfo abençoado da grande arte de tirar partido até dos maiores defeitos da natureza; nestes nossos prosaicos dias, o monte do Castelo, aí o continuamos a ver, requemado, inculto, cortado por um monótono e enfezado olival?»

Em nota a este passo da sua crónica sobre a Costa do Castelo, escreve ainda Gomes de Brito, na segunda edição da *Lisboa do passado*, *Lisboa dos nossos dias*:

«Nos vinte anos completos que decorreram entre a data deste escrito e a sua reedição, o monte do Castelo mudou, decerto de aspecto, mas ninguém dirá que melhorou o sítio. O olival bateu em retirada diante dos logradouros particulares que o retalharam, mas porque modo tudo foi feito Santo Deus!»

★

Eis a história simples da mais antiga artéria da urbe, amarelado pergaminho de *Lissabona*, estrada de circunvalação do velho ópio romano, *rua sem casas* bordada de olivedos e hortejos.

Hoje, urbanizada, orgulhosa da sua Acrópole e dos seus muros veneráveis, cada janela é um mirante pendurado sobre as colinas da cidade, que se debruçam e se multiplicam, varanda aberta de par em par sobre o Rio e horizonte vastíssimo da Barra.

Um problema toponímico

Nunca, como hoje, a designação toponímica foi orientada no sentido de se prestar mera e simples homenagem a este ou àquele vulto, eminente ou não, figura grada ou desconhecida, da História, das Artes, ou da Política. O critério era bem mais restrito, singelo, com seu cunho de poesia e de sabor popular, bairrista, mas sempre baseado numa razão lógica, de fácil compreensão auditiva e com uma finalidade orientadora, um significado inteligente de referência.

(²⁵) *Lisboa do passado*, *Lisboa dos nossos dias*, pág. 12.

Era o povo, que não a edilidade, quem baptizava a rua, o sítio, o bairro onde vivia. Nome, sim, ia buscá-lo ao propritário mais ilustre, à alcunha pitoresca de um habitante conhecido, ao acidentado do local, a uma ou outra indústria, edifício público, ou muito ingenuamente à própria flora ou fauna, predominante ou casual, da rua onde vivia.

Mas os tempos mudaram. O progressivo desenvolvimento da urbe impunha um alargamento no critério a adquirir para a nomenclatura das ruas de Lisboa.

No entanto, a designação de uma artéria não servia nunca para a homenagem directa a um vulto que se pretendesse honrar.

Anteriores ao terramoto são conhecidas duas excepções: a cosmopolita Rua Nova de El-Rei, a primeira, a mais bela artéria de então, e o monarca homenageado foi D. Afonso V, em cujo reinado a rua se construiu (1466); a outra, dois séculos passados (1665), foi a Rua nova do Almada, e, como se vê, designação bastante popular, pois esse nome *Almada* era, nada mais nada menos, o apelido do presidente da Câmara, Rui Fernandes de Almada. Como homenagem ao dirigente da cidade temos de concordar que ela foi bem singela, diremos mais: despretensiosa.

Só depois do terramoto de 1755, a toponímia das artérias de Lisboa passou a ser oficialmente decretada.

O poder central substituíra o poder legislativo do povo. E, desde então, num ritmo que alcança o cúmulo com o liberalismo, uma onda dos mais absurdos e incompreensíveis topónimos inunda as artérias de Lisboa.

Quem se der ao trabalho de consultar as actas municipais referentes a este período, constatará facilmente a afirmação que expendemos. A homenagem política a este ou àquele prócere do partidarismo ocasional, como, mais tarde, aos revolucionários civis, aos propagandistas das ideias vencedoras, ou, ainda, à recordação indecorosa de cenas sangrentas (e quem se não lembra da Rua da Leva da Morte?), sobrelevava sempre o mais justo e tradicional nome que o povo havia atribuído, lógica e significadamente, às artérias da capital.

No Município lisiponense algumas vezes se levantaram por vezes contra a fúria demagógica, a fobia sistemática a todos os topónimos que rememorassem o passado. Entre os que se interessavam por este problema e pugnavam pelo respeito e conservação das pitorescas, características, poéticas, orientadoras e significativas sinonímias das ruas da capital, ergueu-se, em 1919, a voz de um vereador do senado:

«Muitos nomes tradicionais vão-se obliterando, mas outros há que ainda persistem. Alguns estão ainda felizmente poupados pelas vereações: o Borratém, o Alecrim, a Betesga, as Gáveas, a Atalaia, o Fala-Só, o Quebra-Costas, o Poço dos Negros, o Poço dos Mouros, a Bombarda, o Mítelo, o Almargem, o Correio Velho, a Horta Seca, a Horta Navia, o Jogo da Bola, o Enviado de Inglaterra,

as Pedras Negras, a Triste Feia, a Traição, a Saudade, as Portas do Mar, as Portas do Sol e vários outros.»

E, muito judiciosamente, disse ainda:

«Continuam na mente do povo, em luta com as designações oficiais, os nomes do Rossio, do Pelourinho, do Terreiro do Paço, Pote das Almas, Faço da Rainha, Chiado, Adiça, Açogue Velho, Inveja, Aterro, Capelistas, Algibebes, Retroseiros, Arco do Bandeira, Portas de Santo Antão e numerosos mais. Vão, entretanto, esquecendo o Cata-que-farás, os Calafates, os Castelinhos, as Portas da Alfafa, o Alto da Cotovia, a Carreira dos Cavalos e o Valverde.»

Estas observações do vereador lisbonense de 1919 ainda hoje têm a sua actualidade. Os nomes de Praça do Comércio, como o da Praça de D. Pedro IV, da Praça do Município como o das ruas da Conceição e dos Sapateiros, nunca entraram na citação popular. Não os aceita a mneumónica dos lisboetas.

Constituída nos últimos anos na Câmara de Lisboa uma Comissão de Toponímia, nova orientação foi dada a este problema cidadão, «restituindo às ruas e outras vias públicas os nomes antigos, tradicionais ou populares, fazendo a justiça de evocar os nomes das pessoas que contribuíram para a glória e poderio de Portugal, ou que foram o orgulho da raça; e bem assim conservando ou dando às vias públicas nomes das pessoas que se julga serem dignas duma consagração póstuma, harmonizando a maior ou menor grandeza desses vultos desaparecidos com a importância da via pública a que se aplicou os respectivos nomes» — escreveu mais tarde (1949), Mestre Vieira da Silva.

Um nome, contudo, se deve com justiça apontar como o impulsionador desta admirável resolução camarária: o do olisipógrafo ilustre que figurará na história da capital como um dos maiores dirigentes que tem honrado o município lisboeta: Pastor de Macedo (para quando a homenagem que a cidade lhe deve?), que, pelo seu entusiasmo, pela sua persistência, pelo seu arreigado amor à sua, à nossa Lisboa, devolveu às ruas da cidade os tradicionais topónimos que vereações passadas haviam substituído.

Nos últimos anos a designação atribuída ao novo bairro do Campo Grande, de Sítio de Alvalade — topónimo de saborosa revivescência tradicional —, o nome de Avenida da Ribeira das Naus, da Rua de Santo Antão e tantas outras, são a garantia do que se não descuroou este sentimento pela recordação da Lisboa do passado e se rememora à Lisboa de hoje certos factos históricos que a tornaram grande e outros nomes que ficaram para sempre gravados, não na esquina das suas ruas, mas na recordação viva da gente humilde dos bairros modestos, que, teimosamente, os continuam a evocar, transmitindo-os de geração em geração.

Nomes de portugueses, que uma época de lutas partidárias, de revoluções contínuas, de ingratitude e de anarquia quisera fazer esque-

cer, retirando-os das esquinas das vias públicas, voltam a impor-se à veneração e respeito dos lisboetas.

D. Carlos I — essa extraordinária figura de Monarca e de Português — tem de novo o seu nome numa das ruas da capital. Justo é que também em breve o nome respeitado e querido da Rainha Dona Amélia se veja na esquina da artéria de onde foi retirado — numa justa consagração pelo muito que Lisboa lhe ficou devendo da sua evangélica missão de bem-fazer.

★

Dos nomes que, desde as mais antigas citações, têm resistido nas artérias de Lisboa, evidencia-se o da Costa do Castelo, mas consubstanciado, muitas das vezes, somente no topónimo *Costa*, como nos aparece em vários documentos quinhentistas ⁽²⁶⁾. D. João III assim a designava: *Costa dos meus paços dalcacova*.

Curioso é notar — índice da não existência de casas — que esta rua não é citada nem no *Sumário* de Cristóvão Rodrigues de Oliveira nem na *Estatística* de João Brandão (Buarcos).

No entanto, o *Livro do Lançamento e serviço* cita a *rua das casas de Manuel A^o até o postigo de Santo André*, que pode muito bem ser o troço da Costa do Castelo que ficava entre a torre de S. Lourenço e o Arco de Santo André, troço que, aliás, sofreu várias alterações na sua sinonímia. Ora nos aparece designado por *Rua que vai da porta de Santo André pera o postigo de Sam Lourenço*, ou *rua publica que vem do postigo de Sam Lourenço pera o postigo e porta de Santo André* ⁽²⁷⁾, como, anos mais tarde, em 1579, já como *Costa do Castelo* ⁽²⁸⁾, topónimo que perdurou até hoje. Nome, no entanto, que tinha um sentido mais lato, pois tanto o encontramos muito simplesmente, mencionado *Costa do Castelo* ⁽²⁹⁾, como *sítio da Costa do Castelo* ⁽³⁰⁾, ou *sítio da encosta do Castelo* ⁽³¹⁾.

Hoje, ainda, a Costa do Castelo é somente Costa do Castelo, sem outro qualquer atributo: rua, calçada, encosta, etc.

Muito simplesmente Costa do Castelo, nome que nasceu da própria definição do vocábulo.

(Continua)

⁽²⁶⁾ *Livro III do Tombo*, fl. 287 v. e seg.

⁽²⁷⁾ *Livros II e III do Tombo*, fl. 138 e seg.

⁽²⁸⁾ *Livro II de empresamentos*, fl. 316.

⁽²⁹⁾ Arquivo Municipal, 1862, pág. 986.

⁽³⁰⁾ *Idem*, 1866, pág. 2822.

⁽³¹⁾ *Idem*, 1866, pág. 2926.

O PALÁCIO BARCELINHOS

e o seu antecessor, o convento do

ESPÍRITO SANTO DA PEDREIRA

por MÁRIO COSTA

Conferência proferida no Grupo «Amigos de Lisboa», em 26 de Fevereiro de 1959. Esteve patente uma pequena Exposição Documental, desde a época do Convento até à actualidade.

QUEM sai do Loreto e toma o caminho do Chiado, logo divisa, a distância, no topo dessa artéria de elegante tradição, a silhueta de um edifício de grande porte, ainda por muitos lisboetas designado *Palácio Barcelinhos*, mas a que a grande maioria dos que passam à sua beira, ou transpõem os seus portais, dá o trato bem correntio de *Grandes Armazéns do Chiado*. Representa hoje esse casarão a antiga Igreja e Hospital do Santo Espírito da Pedreira, edificados dentro dos limites do *Bairro da Pedreira*, no sítio em que a rocha caía a prumo sobre o vale da Baixa, onde chegavam as águas do Tejo (¹). O palácio é dotado de grande frontaria, mas dela não se desprende sinal de beleza, embora na sua construção não lhe fosse minguido material de relativo valor. A fachada principal compõe-se, no seu todo, de pavimentos térreos e dois pisos superiores, e, devido à orografia do local, o corpo central, que olha para o Chiado, mostra-se de forma mais saliente e a sua estrutura está retocada de maior número de efeitos ornamentais em relação aos braços que se alongam para os lados Norte e Sul. A parte posterior, que se debruça sobre a Rua do Crucifixo, que foi Rua do Espírito Santo, apresenta uma

(¹) *Corografia Portuguesa*, de António Carvalho da Costa, vol. 3.º, pág. 444; *As Muralhas da Ribeira de Lisboa*, de Vieira da Silva, vol. 2.º, pág. 53.

arquitectura bastante pobre, tendo o desnível do terreno, que é grande, permitido, desse lado, a construção de cinco andares, que se sobrepõem às lojas que acompanham toda a superfície do edifício.

Relativamente a esta face do grande imóvel, cabe-nos anotar as palavras escritas por um técnico de grande mérito, que se chamou Miguel Pais:

«A fachada posterior está construída sobre uma magnífica muralha, ligada com os fundamentos da fachada principal por boas abóbadas; a parte inferior daquele considerável edifício completa pois um todo perfeitamente sólido e de grande resistência.» (2)

Sofreu vicissitudes várias essa velha casa, cujas primitivas fundações remontam ao século XIII, e foi consagrada a recolhimento e oração. Atingida pelas inclemências do tempo, pelo nem sempre acertado comando dos homens e por fatalidades imprevistas, no século XIX, após a extinção das ordens religiosas, o Convento dos Oratorianos perdeu a sua característica de origem e tornou-se residência de família endinheirada, possuidora de título honorífico. Foi sede de *assembleias* elegantes, onde a *quadrilha* e os *lanceiros* alternaram com as músicas de autores célebres, interpretadas por músicos distintos; transformaram-se as lojas em casas de comércio, para servirem a clientela fina, ávida dos últimos ditames da moda, caprichosa e exigente; e, finalmente, surgiu em todo o edifício um estabelecimento de categoria, alçado a grande plano.

As coisas, como as pessoas, têm o seu destino marcado. As existências nem sempre decorrem tranquilas, despercebidas, apáticas. Na generalidade, a sorte é vária e os acontecimentos precipitam-se, surgem imprevistos e desconcertantes. Não escaparam a essa lei fatal, as vetustas paredes da casa do Espírito Santo da Pedreira, cuja história se transmitiu ao Palácio Barcelinhos, que está de posse desse facho há mais de uma centena de anos.

★

A Casa do Santo Espírito da Pedreira, como o asseguram velhos cronistas, já existia em data anterior ao ano de 1279, sabendo-se também que os fundadores do hospício deixaram em testamento os bens necessários para a manutenção de um capelão permanente.

(2) *Melhoramentos de Lisboa e seu porto*, de Miguel Pais, pág. 129.

Desconhece-se igualmente a data certa da constituição da Irmandade, formada por nobres, mercadores e homens de comércio, aos quais se juntaram, em 1445, os irmãos de outra confraria, também de mercadores, erecta na igreja de S. Francisco da Cidade. A partir de então, os abundantes rendimentos da primeira corporação, juntos aos da segunda, tornaram possível aumentar o culto divino e dar maior amplitude às obras de caridade, por que sempre primaram os fiéis irmãos (3).

Os soberanos e grandes da Corte fizeram sempre parte desta Irmandade, dispensando-lhe grande protecção, e S.S. os Papas dignavam-se conceder-lhe grande número de privilégios, indulgências, graças e isenções.

A igreja e suas vastas dependências situavam-se do lado Sul do ponto de confluência, num sítio que, durante anos, foi artéria irregular, pois só em 1665, por proposta do presidente do Senado da Câmara, Rui Fernandes Almada, que foi provedor da Casa da Índia, se abriu a denominada Rua Nova do Almada, estabelecendo-se em termos mais regulares a ligação com o Chiado. E, sobre a Travessa e depois Rua Nova do Carmo (suprimido o componente *Nova*, por Edital de 8 de Junho de 1889), ficava o hospital, em cujo hospício viveram «com grande recolhimento,... doze pobres honrados; a saber, hũ hospitaleyro, & sua mulher, & além destes, dez mulheres donzellas, ou donas viuvvas de boa vida, & costumes». Depois, «se applicarão as rendas, que com elles se gastavão, para dotes de donzellas recolhidas de quarenta mil meis cada hũ» (4).

A Casa do Espírito Santo da Pedreira, que já havia sido oferecida por el-rei D. João III, aos padres da Companhia de Jesus, por doação datada de 10 de Outubro de 1547 (5) — e não se sabe porque não teve aceitação a graça concedida — foi dispensada em 1671 aos padres da Congregação do Oratório de S. Filipe Nery, com excepção da Capela-mor da igreja que continuou na posse da Irmandade.

A parte do hospital sofreu grandes obras, para que pudesse servir aos fins a que se dedicavam aqueles padres, que se tornaram célebres «no práctico benefício da educação literária, em que se destinaram a ensinar públicamente a gramática, filosofia e teologia» (6). A entrada

(3) *Corografia Portuguesa*, vol. 3.º, pág. 445.

(4) *Lug. citado*, pág. 446-447.

(5) *Lug. citado*, pág. 449.

(6) *Mapa de Portugal*, do P.º João Baptista de Castro, tomo 3.º, pág. 230.

para este instituto «não envolvia obrigação de votos e os congregados estavam unidos pelos simples laços da caridade e amor em Jesus Cristo» (7).

O padre Bartolomeu do Quental (1626-1698) é que foi o iniciador desta Congregação que, logo na data da fundação, em 16 de Julho de 1668, se instalou no vizinho Convento de N. S. da Boa Hora, situado nas Fangas da Farinha, deixado nesse ano pelos fundadores, os Dominicanos Irlandezes, que se mudaram para o Corpo Santo, onde a rainha D. Luísa de Gusmão lhes destinou acomodações mais amplas e apropriadas (8).

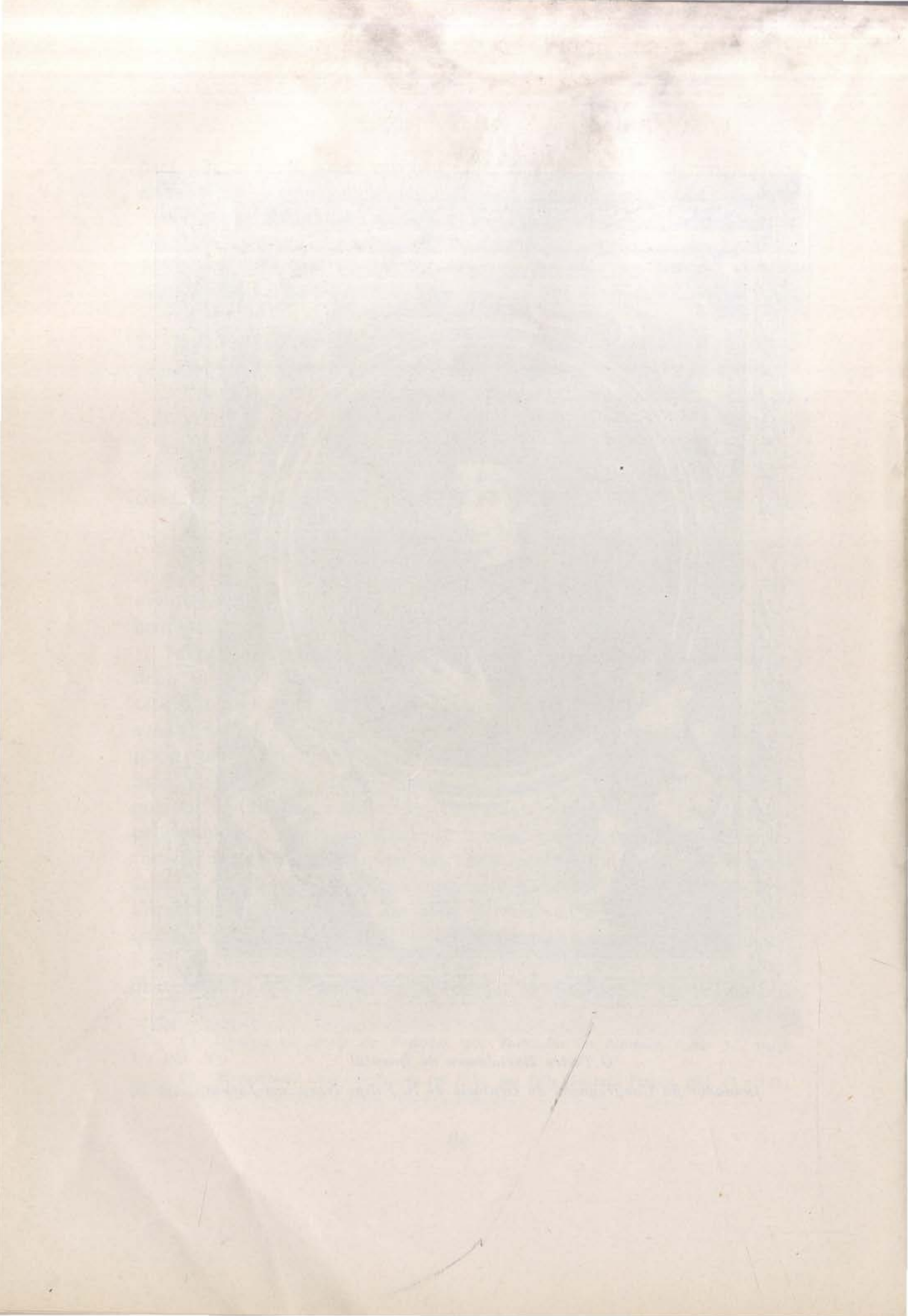
A primeira Congregação do oratório foi instituída em 1550, na cidade de Roma, pelo santo florentino Filipe Nery. A de Lisboa sucedeu à Associação de Nossa Senhora das Saudades e deveu-se também à iniciativa do sábio padre Bartolomeu do Quental, sendo aprovada pela citada soberana, esposa de el-rei D. João IV, em 18 de Fevereiro de 1659.

Quando se entrou no ano de 1514 — reinava o senhor D. Manuel I — o templo apresentava grande ruína, e a sua reedificação, terminada dois anos depois, foi feita à custa de avultada quantia com que contribuiu o rei «venturoso» e de importantes esmolas recebidas dos irmãos e outros benfeitores.

A igreja, que já era de três naves, só a contar de 1690 recebeu verdadeira magnificência. Importou em três mil cruzados a conclusão da nova capela-mor, dedicada ao divino Espírito Santo, ficando «obra perfeitíssima e toda de pedraria artificialmente lavrada, e embutida de vários jaspes, pórfidos e outras pedras de estima». A Capela de S. Francisco de Sales, de «excelente arquitectura, também de pedraria embutida, coroada por um zimbório ou cúpula ostentada sobre quatro arcos», foi oferecida pela rainha D. Maria Francisca de Sabóia, casada em segundas núpcias com D. Pedro II. As imagens das cinco capelas, todas de grande valor artístico, e as inúmeras relíquias que se engastavam em lugares próprios, inspiravam grande devoção dos fiéis. Mereciam especial apreço os valiosos quadros a óleo, principalmente os da portaria do Convento, representando S. Filipe Nery, o padre Bartolomeu do Quental e o sábio padre Teodoro de Almeida, como também os preciosos ornamentos e os riquíssimos

(7) *História da Igreja em Portugal*, por Fortunato de Almeida, tomo 3.º, parte 1.ª, pág. 486.

(8) *Monumentos sacros de Lisboa em 1833*, por Luís Gonzaga Pereira, pág. 25 e 121; *As Muralhas da Ribeira de Lisboa*, vol. 2.º, pág. 51.



objectos de ouro e prata, contando-se entre eles uma grande coroa imperial de prata dourada ⁽⁹⁾.

Mas os padres oratorianos não paravam de ampliar e embelezar o edifício da sua casa de reclusão e ensino, procurando adquirir, em 1729, «seis moradas de casas que lhes ficaram contíguas pela rua Nova de Almada até o Chiado e princípio da calçada de Payo de Navais, para continuarem as obras do seu convento, com grande utilidade à formosura e ornato da cidade, por levarem a parede direita e deixarem um largo no Chiado, onde hão-de fazer a entrada para a sua portaria». Deu provimento a estes desejos, o decreto de 12 de Julho, mandando que o vereador do pelouro das obras providenciasse no sentido de que os senhores das ditas casas facilitassem por todos os meios ao seu alcance ⁽¹⁰⁾.

O glorioso S. Filipe Nery era festejado com muito esplendor, no seu dia próprio, assistindo a «Raynha nossa Senhora», e, da presença da Senhora Dona Maria Vitória, deu notícia o *Folheto de Lisboa* de 28 de Maio de 1740; competindo também à Mesa da Confraria, representada por um provedor, designando-se deputados os outros irmãos, a realização da festa do dia de Pentecostes, todos os anos revestida de grande solenidade ⁽¹¹⁾.

O Seminário da *Pedreira* gozou de enorme prestígio e algumas vezes se lhe deu especial distinção, como se depreende da Carta do secretário de Estado Diogo de Mendonça Corte Real ao presidente do Senado da Câmara Ocidental, em 23 de Novembro de 1719:

«S. Magestade, que Deus guarde, é servido que V. Ex.^a ordene que o relógio da Sé de Lisboa Oriental se ponha pelo do sol, e, quando não haja relógio do sol, se ponha pelo dos padres da Congregação do Oratório.» ⁽¹²⁾

Nesta casa conventual, que desde 1674 sempre «floresceu em muitas virtudes e letras, e era muy util à Corte com os seus exemplos e exercícios espirituais» ⁽¹³⁾, entraram, respectivamente, em 14 de Julho daquele ano e 2 de Fevereiro de 1698, o padre Manuel Bernardes (1644-1710) e o

⁽⁹⁾ *Corografia Portuguesa*, vol. 3.º, pág. 445.

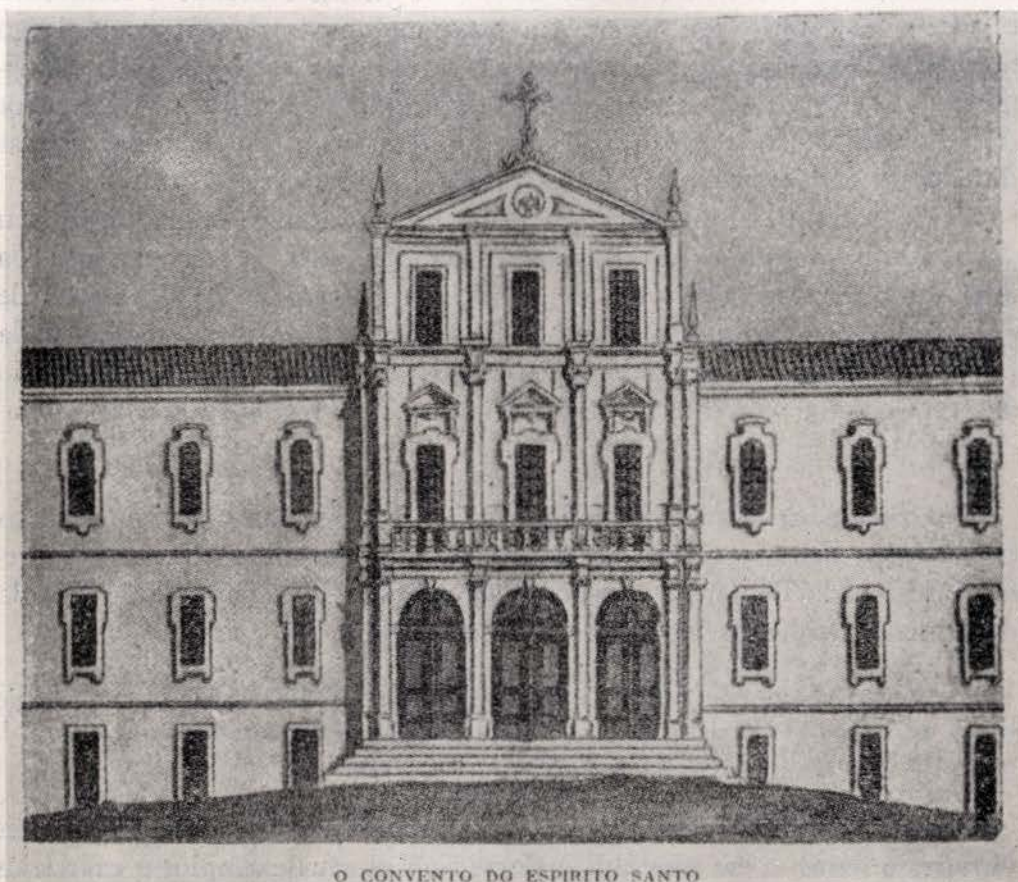
⁽¹⁰⁾ *Elementos para a história do Município de Lisboa*, por Freire de Oliveira, vol. 12.º, pág. 269-270.

⁽¹¹⁾ *Recordações*, de Jácome Ratton, § 62.

⁽¹²⁾ *Elementos para a história do Município de Lisboa*, vol. 11.º, pág. 369.

⁽¹³⁾ *Memórias curiosas em que, por estes anos de 1778, se acham as principais cousas da corte de Lisboa*.

padre Manuel da Consciência (1699-1739), que se distinguiram pelas suas práticas e virtudes e pela obra literário-religiosa que produziram, seguindo as pisadas do fundador, padre Bartolomeu do Quental, pregador da Casa Real e confessor de D. João V, a quem a Santa Sé concedeu o título de «venerável», e do padre Teodoro de Almeida (1722-1804), autor de *Recreação filosófica*, de *Lisboa destruída* e de outras grandes obras, alvo



O CONVENTO DO ESPÍRITO SANTO

da pertinaz perseguição do marquês de Pombal, como igualmente o foram outros oratorianos, os padres João Baptista, João Chevalier e Clemente Alexandrino, perseguição que atingiu a todos os oratorianos, que estiveram suspensos de pregar, confessar e exercer o ensino.

O padre João Baptista de Castro (1700-1775), o primeiro que em Lisboa ensinou a «Física Experimental» e autor notável do *Mapa de Portugal*, também foi mestre consagrado do Colégio dos Oratorianos.

Os retratos do padre Manuel Bernardes e do padre Bartolomeu do Quental, que figuraram na Casa do Espírito Santo, ao lado de outros dos seus filhos mais ilustres, foram enviados para a Biblioteca Nacional, depois da extinção dos conventos.

Porque falámos em iconografia pessoal, não deixamos de referir-nos a um artigo do investigador Alberto Sampaio, companheiro e amigo de Antero do Quental, sobre um retrato do padre oratoriano Bartolomeu do Quental, que Camilo ofereceu ao poeta, parente do fundador da Congregação, e ambos naturais de Ponta Delgada. O ilustre historiador, pondo em confronto esse retrato, com outro de Antero, afirma que os mesmos se confundem, «tam assombrosa era a parecença: as mesmas linhas do rosto, a mesma carnação e cor dos cabelos, o mesmo olhar vago de quem não vê as cousas triviais» (14).

★

A Mesa da Congregação, que agregara o título de Irmandade de mercadores e homens de comércio, foi extinta por Pombal, em 30 de Setembro de 1755, pelo chamado *decreto de exterminio dos homens de negócio que compunham a Mesa da Confraria do Espírito Santo da Pedreira* e substituída na mesma data pela Junta do Comércio (15), que continuou a tradição de festejar o dia de Pentecostes. Foi seu 1.º provedor, José Rodrigues Bandeira, também director da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba (16), secretário o Dr. João Luís de Sousa Saião e procurador João Rodrigues Monteiro.

Das razões que levaram à extinção da Mesa da Confraria assim se deu conta:

«El-Rei D. Jozé I creou e estabeleceu huma Companhia Geral denominada do Grão Pará, e Maranhão com as condições, intenções, e regulações propostas por Alguns Negociantes da Praça de Lisboa assignados nelas, por Alvará de confirmação de 6 de Junho de 1755.

(14) *In Memoriam*, pág. 11; *Dicionário de Iconografia Portuguesa*, de Ernesto Soares, vol. 3.º, pág. 205.

(15) No reinado de D. Maria I, a Real Junta do Comércio foi elevada a Tribunal, com o novo título de Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação destes Reinos e seus Domínios (Carta de lei de 5 de Junho de 1788). Extinta por decreto de 30 Junho de 1834.

(16) Instituída por Alvará de 13 de Agosto de 1759 e extinta por decreto de 8 de Maio de 1780.

A meza dos homens de Negocio estabelecida na Confraria do Spirito Santo da Pedreira ponderando que desta instituição se seguirião notaveis perjuizos ao comum do comércio, asentarão de unanime acordo fazerem huma representação a Sua Magestade, na qual expunhão os perjuizos, a que dava lugar a criação da sobredita companhia, pedindo em concluzão que a ouvese Sua Magestade de derogar, ponderando com reflexão os graves dāmnos que cauzaria aos seus fieis vasallos. Custodio Nogueira Braga procurador da referida Corporação entregou a El Rei em audiencia o referido requerimento, que hia bem substanciado.» (17)

Consequentemente, publicou-se o seguinte decreto, que foi enviado ao regedor da Casa da Suplicação:

«Por justos motivos, que me forão presentes, e de que estou plenamente informado: Sou servido que João Thomás de Negreiros, António Marques Gomes e Mathias Correa de Aguiar Prezos a minha ordem na cadêa do Limoeiro, sejam dela transportados ao Prezidio de Mazagão para nele ficarem; o primeiro por tempo de oito anos; o segundo e terceiro por seis anos, e que Custodio Nogueira Braga seja degredado para Alcotim pelo mesmo tempo de seis anos. Custodio Ferreira Goes por tres anos para a Torre de Moncorvo. Ignacio Pereira de Souza pelo mesmo tempo para Penamacor. António Alóz dos Reis para Leiria por dois anos. Melchior de Araujo Costa para Porto de Mós. Manoel António Pereira para Ourem, o mesmo tempo. Constituindo-se nestes respectivos degredos os que vão para fora do Reino na primeira embarcação, que se oferecer; aos que ficarão de retro nele no preciso tempo de quinze dias. O Duque Regedor da Caza da Suplicação o tenha assim entendido, e o faça executar.» (18)

E, como complemento, se esclarece:

«Cumprio-se este Decreto nos degredos do Reino: Nos do Prezidio de Mazagão não chegou a executar-se por sobrevir o memoravel Terremoto do 1.º de Novembro de 1755: El-Rei pois comovido da sua Real Clemencia dignou-se a perdoar a todos os degredos cominados no Decreto a sima, o que assim se cumpriu; a excepção do Advogado João Thomás de Negreiros, que no mesmo acto do Terremoto sahindo da Cadêa, por desgraça sua lhe cahiu huma parede debaixo da qual ficou sepultado.» (19)

À parte o propósito de revindicta, a formação da Junta do Comércio foi obra acertada e dela resultou uma melhor finalidade e orientação, porque estabeleceu a coordenação das principais actividades económicas e a actuação simultânea no comércio e na indústria, tudo concretamente defi-

(17) *Sucessor de Portugal — Memórias históricas, políticas e civis*, pelo Dr. José Pedro Ferraz Gramoza, vol. 1.º, pág. 15.

(18) *Lug. citado.*

(19) *Lug. citado.*

nido nos estatutos de 12 de Dezembro de 1756, aprovados por alvará do dia 16, tendo-se previsto a criação da chamada *Aula de Comércio*, o primeiro estabelecimento escolar onde se ensinou a contabilidade pelo sistema de partidas dobradas ⁽²⁰⁾.

Antes de instituída a Impressão Régia (Alvará de 24 de Dezembro de 1768), na Casa da Confraria do Espírito Santo da Pedreira existia uma fábrica de fundição de caracteres tipográficos, sob a jurisdição da Junta do Comércio ⁽²¹⁾.

A Junta do Comércio ou Junta do Comércio destes Reinos e seus Domínios pode considerar-se a reintegração da primeira Junta do Comércio (também designada Junta da Companhia Geral do Comércio do Estado do Brasil), que celebrava todos os anos uma grandiosa festa à «Conceyçam purissima de Nossa Senhora, no domingo seguinte ao dia próprio da festa da Senhora» ⁽²²⁾, instituída em 1649 por el-rei D. João IV e extinta em 1720, já no tempo do senhor D. João V, sendo incorporada no Conselho da Fazenda.

São dignas de atenção as actividades de carácter mercantil, atribuídas não só à Mesa da Confaria do Espírito Santo, como depois à Junta do Comércio, que garantiram a tais instituições uma posição de grande relevo na história geral do nosso comércio, história em que também tem ingresso, de forma saliente, o antigo Convento da Pedreira.

★

Em 10 de Agosto de 1734, a Casa dos padres do Espírito Santo esteve em perigo de contágio do fogo que se manifestou em 18 moradas de casas que lhe ficavam contíguas, pelo lado da Rua Nova do Almada ⁽²³⁾, o mesmo corpo que, dezanove anos mais tarde, começou a apresentar ruína. Desde então e até às proximidades da eclosão do Terramoto, não deixou de pensar-se na necessidade de comprar aquelas casas velhas, para alinhamento e alargamento da rua e benefício do edifício do Convento ⁽²⁴⁾.

O tremendíssimo cataclismo, com toda a sua força, não poupou o Mosteiro, que sofreu destruição quase total, dando a morte a muita gente,

⁽²⁰⁾ *A Aula de Comércio* foi criada por decreto de 19 de Abril de 1759, confirmado por Alvará de 19 de Maio do mesmo ano.

⁽²¹⁾ *Lisboa*, de Alfredo de Mesquita, pág. 399.

⁽²²⁾ *História dos Mosteiros, Conventos e Casas Religiosas de Lisboa*, tomo 1.º, pág. 57.

⁽²³⁾ *Sumário de vária história*, de Ribeiro Guimarães, tomo 1.º, pág. 58.

⁽²⁴⁾ *Elementos para a história do Município de Lisboa*, vol. 15.º, pág. 468/9.

que na igreja assistia aos officios divinos. «O terreno lançou em terra a igreja e parte dos dormitórios — diz Fr. António do Sacramento — e o fogo que se lhe seguio reduzio todo o combustivel a cinzas. Ficarão em pé as paredes do dormitorio grande que cahia para o norte, as quais, apeado o dormitorio de cima, em annos adiantados se cobrirão de telhas para se alugarem os baixos» (25). E, — completa Júlio de Castilho — «nas abas do convento do Espírito Santo», tal como acontecera noutros pontos da cidade, «aninhara a miseria um aluvião de casebres parasitas, baiucas esfomeadas, tropegas, e cegas, accumuladas a esmo» (26).

Atingidos de forma tão brutal pelo cataclismo, os padres *quentães*, assim também designados por o fundador da Congregação ter sido o padre Bartolomeu do Quental, tiveram que transferir-se para o seu Convento de Nossa Senhora das Necessidades, que lhes pertencia por mercê de D. João V (27). O auto de posse tem a data de 21 de Junho de 1745 e dele constou a obrigação dos padres leccionarem nesse hospício algumas das disciplinas que já ensinavam na sua Casa do Espírito Santo.

Nesse antigo convento se depositaram os restos mortais do padre Bartolomeu do Quental, havendo ainda vestígios na capela-mor, do lado do Evangelho, onde se fez a seguinte inscrição, em letra moderna, sem data e em latim:

«Hic recludantur osso Venerabiles servi Die. Petrus
Bartholomæ de Quintalis. Congregationis Oratorei
en Lusitana regno atque jus. Dominatum fondatoris.»

A reconstrução da antiga Casa da Pedreira fez-se sob o risco de José Joaquim Ludovice, filho do notável João Frederico Ludovice, autor do majestoso Convento de Mafra. O frontal da igreja passou para o centro do edificio, a olhar em frente ao Chiado, e a obra concluiu-se em 1792, sem que retomasse a grandeza que tivera, certamente por escassez de recursos.

Os padres continuaram nas Necessidades até à data em que, a 28 de Julho de 1833, fundeu no Tejo a embarcação que trazia a bordo el-rei D. Pedro IV. Ainda de lá, foi expedida uma ordem, assinada pelo ministro

(25) *Memórias curiosas em que, por estes annos de 1778, se acham as principais cousas da corte de Lisboa.*

(26) *O Bairro Alto*, de Júlio de Castilho, 3.ª ed., vol. 1.º, pág. 94.

(27) Decreto de 8 e Alvará de 26 de Fevereiro de 1745. Carta Régia de 6 de Abril do mesmo anno.

José da Silva Carvalho, para que os congregados abandonassem a casa em duas horas. Regressaram então à sua igreja e colégio do Chiado, e aí continuaram a missão de educadores, até que se deu a extinção das ordens religiosas, decretada em 8 de Maio do ano seguinte ⁽²⁸⁾. Transitòriamente, ainda os padres congregados vestiram o hábito de S. Pedro e foi-lhes dada permissão de manterem as suas aulas, atendendo ao benefício público que de tal resultaria para a mocidade estudiosa, mas pouco tempo durou essa tolerância ⁽²⁹⁾.

O edifício da antiga casa do Espírito Santo, na data em que passaram para o Estado os bens das congregações, foi desenhado por Luís Gonzaga Pereira, tal como figurativamente lhe pareceu, na conhecida obra que deixou, e também foi reproduzido por Pinheiro Chagas ⁽³⁰⁾.

(Continua)



⁽²⁸⁾ *História da Igreja em Portugal*, tomo 4.º, parte 1.ª, pág. 242.

⁽²⁹⁾ *Monumentos sacros de Lisboa em 1833*, pág. 124.

⁽³⁰⁾ *Monumentos sacros de Lisboa em 1833*; *História de Portugal*, vol. 7.º, pág. 463.

ACTIVIDADE CULTURAL

do Trimestre Passado

A actividade cultural do trimestre passado iniciou-se com a 27.^a sessão de *Colóquios Olisiponenses* que foi ocupada com uma conferência do nosso presidente, o académico sr. Gustavo de Matos Sequeira, que descreveu a génese da «Maquêta» da Lisboa antes do Terramoto, da sua autoria e da do modelador Ticiano Violante, que em tempos esteve exposta no Palácio Galveias e que actualmente e recentemente foi inaugurada no Castelo de S. Jorge.

Ultimamente ampliada e com uma frente de mais de dez metros encontra-se no atrio do antigo Paço Real do Castelo de S. Jorge, especialmente adaptado para esse fim. Depois de eruditas considerações do orador foram projectados diapositivos a cores do consócio, o engenheiro sr. Santos Simões. Esta sessão realizou-se em 22 de Janeiro com larga concorrência.

No domingo 25 de Janeiro avultado número de sócios visitou na Sociedade de Geografia de Lisboa o Museu Etnográfico Colonial, onde sob a direcção do secretário geral daquela instituição o académico sr. dr. Júlio Gonçalves observaram as notáveis colecções que constituem o valioso património do Museu e Biblioteca daquela patriótica colectividade.

A 28 do mesmo mês, em segunda convocação, realizou-se a Assembleia Geral ordinária do Grupo para aprovação do Relatório e Contas relativos a 1958, que, bem como o Parecer da Comissão de Contas são publicados neste número.

Em Fevereiro, nos dias 1, 7, 8, 14 e 15 realizaram-se, por turnos, visitas de estudo à «Exposição dos Museus de Lisboa», no salão de Exposições do Museu Nacional de Arte Antiga, tendo os numerosos visitantes sido guiados pelo nosso consócio Exmo. Snr. Dr. João Couto, director do mesmo Museu. Dessa exposição foi editado um interes-

sante Catálogo que o referido consócio teve a gentileza de oferecer para a nossa Biblioteca.

A 26 realizou-se na nossa sede uma conferência pelo nosso consócio sr. Mário Costa, sobre o *Palácio Barcelinhos* e o seu antecessor o *Convento Espírito Santo da Pedreira*, durante a qual esteve exposta uma pequena exposição documental sobre o assunto. Esta conferência foi presidida pelo secretário geral, e teve a assistência do sr. Visconde de Secavém actual descendente e representante da família Barcelinhos.

O nosso consócio sr. dr. José Pinto de Aguiar ofereceu à Câmara Municipal de Lisboa a sua colecção Antoniana constituída por mais de 2.500 espécies, tendo escolhido o nosso secretário geral como inter-



Visita dos «Amigos de Lisboa» à Quinta das Torres em 22 de Março de 1959

mediário para essa oferta, na sua qualidade de Vereador e por a sua colecção ter sido, pela primeira vez, exposta nas salas do Grupo. A Comissão de homenagem ao referido senhor convidou especialmente o Grupo na pessoa do mesmo secretário geral a tomar parte no banquete que, últimamente, foi oferecido ao referido senhor.

Em Março, a 12, na nossa sede, realizou-se a 28.^a sessão de *Colóquios Olisiponenses* em que o nosso consócio sr. Alfredo Ferreira do Nascimento historiou as vicissitudes da construção da Ponte sobre

o Tejo desde quando, há oitenta e dois anos, o eng. Miguel Pais, a projectou. Esta conferência, largamente concorrida, foi presidida pelo Secretário Geral e seguida de projecções, algumas, de diapositivos ineditos, sobre a referida Ponte, tendo estado expostas algumas foto-montagens que pela primeira vez se exhibiram. Esta erudita conferência teve larga repercução na Imprensa e vem publicada neste número de *Olisipo*.

No domingo 22, em quatro autocarros e vários automóveis, cerca de duzentas pessoas tomaram parte na visita de estudo à Quinta das Torres, Quinta da Bacalhoa e Igreja de S. Lourenço de Azeitão, visita de estudo dirigida pelo nosso consócio sr. eng. João dos Santos Simões em que foram apreciadas as decorações cerâmicas das mesmas e bem assim os magníficos panoramas e perspectivas de região. Esta visita repetir-se-á no próximo mês de Abril.

Por motivo de doença do conferencista foi novamente adiada a conferência marcada para 26, do nosso consócio sr. Capitão Júlio da Costa Pinto sobre *Santarém, a capital do Gótico*.

O Grupo, por intermédio da sua Junta Directiva, saudou e esteve presente nas cerimónias de despedida dos nossos consócios srs. Tenente Coronel Álvaro Salvação Barreto e Luís Pastor de Macedo respectivamente Presidente e Vice-Presidente da Ex.^{ma} Câmara Municipal de Lisboa, e bem assim, na cerimónia da posse do actual Presidente da mesma Câmara Ex.^{mo} Sr. Brigadeiro António Vitorino França Borges.

O Secretário Geral representou o Grupo no sarau de homenagem ao nosso confrade sr. Mário de Sampayo Ribeiro, na inauguração da Exposição 25 anos de actividade cultural do Município e nas Festas do aniversário do Ginásio Clube Português.

E. N.

Assembleia Geral de 1959

RELATÓRIO DA JUNTA DIRECTIVA

Ex.^{mos} Consócios.

Nos termos do Art. 33.º dos nossos Estatutos tem a Junta Directiva a honra de apresentar a V. Ex.^{as} o Relatório sumário da sua actividade durante o ano findo.

O ano que agora termina trouxe-nos uma diminuição de 22 sócios, porquanto, existiam:

No início de 1958	1.261
Foram demitidos durante a ano	63
Faleceram durante o ano	18
	<hr/>
	81
	<hr/>
	1.180
Foram admitidos durante o ano	53
Foram readmitidos durante o ano	6
	<hr/>
	59
	<hr/>
Pelo que existem nesta data	1.239

Os sócios falecidos foram os seguintes:

- 109 — Diamantino Francisco Tojal
- 678 — Sebastião Fausto de Sousa
- 733 — Dr. Egidio Pinto Chaves
- 790 — Max Soares
- 1000 — Eduardo de Macedo Elvas Portugal
- 1128 — Manuel Cardoso Marta
- 1232 — António Luís d'Aguiar
- 1456 — Maria Rosado Santos Xavier
- 1521 — Anacleto da Fonseca Matos Silva
- 1836 — Arnaldo de Carvalho
- 2033 — Robles Monteiro
- 2050 — Dr. Emydio Guilherme Garcia Mendes
- 2337 — Manuel Anibal Torres Garcia d'Andrade
- 2436 — Ana Floriano Cristóvão
- 2661 — José Alexandre Matos
- 2934 — Eduardo de Figueiredo
- 2971 — Brígida Pacheco de Serra Guedes
- 3094 — Álvaro A. Dias da Silva

Para todos vai a expressão da nossa saudade, tendo já sido apresentados cumprimentos às respectivas famílias; porém 3 merecem referência especial por terem colaborado connosco na direcção desta casa: Diamantino Tojal que foi membro da Junta Directiva, Eduardo Portugal e Cardoso Marta que colaboraram connosco em várias das nossas iniciativas culturais, sendo o primeiro sempre solícito na sua colaboração prestável e eficiente.

Pelos livros que estão presentes e a nossa Comissão de Contas examinou, verifica-se que o resultado do exercício ano findo, foi como segue:

Exercício em 31 de Dezembro de 1958

Contas	Balço	
	Activo	Passivo
Caixa	4.937\$00	
Devedores e Credores	2.279\$55	16.868\$02
Quotas	255\$00	
Jóias	40\$00	
Edições	15.837\$98	
Consignações de c/ Alheia	64.395\$10	
Devedores e Credores c/ consignação	8.500\$00	61.175\$79
Consignações c/ Própria		8.500\$00
Biblioteca	5.227\$62	
Emblemas	72\$00	
Fundo Variável		35.259\$36
Móveis e Utensílios	16.516\$50	
Receitas Diversas	203\$20	
Feira do Livro		2.867\$15
Resultado negativo	6.406\$37	
	124.670\$32	124.670\$32

A razão deste resultado negativo filia-se na diminuição em 22 do número dos nossos associados, no número menor de sócios entrados, do que em 1957, e sobretudo na diminuição das receitas, vendas de edições de conta alheia e da feira do livro, devido ao relativamente diminuto número de obras novas, inclusivé as editadas pela Câmara.

Foi de 242 o número de ofícios expedidos pela Secretaria não contando a correspondência de publicidade de OLISIPO e de propaganda da nossa actividade.

Durante o ano foram feitas várias obras e reparações de mobiliário e adquiridas uma nova bandeira do Grupo e uma gravura e duas litografias representando, respectivamente, a Planta de Lisboa e

vista colorida tirada do Vale do Pereiro, vista do Tejo, com a chegada do ADAMASTOR e Praça do Duque de Terceira.

A nossa actividade cultural foi a seguinte:

Visitas de estudo	8
Conferências na sede	5
Colóquios lisiponenses	7
Exposições	3
Passeios no Tejo	2
Audição musical	1
Descerramento de lápides	1

Da nossa actividade, como factor a salientar, temos a nossa colaboração na iniciativa da Liga dos Combatentes da Grande Guerra em colocar, na casa onde nasceu o Dr. Alberto Mac-Bride Fernandes, uma lápida comemorativa do facto. Associamo-nos, sentidamente, a essa homenagem prestada ao nosso antigo sócio fundador, falecido em Presidente da Assembleia Geral do Grupo. Ao acto inaugural assistiram grande número de sócios e amigos e o Sr. Vice-presidente da Câmara Municipal e alguns Veradores.

Por iniciativa do consócio Sr. Mário Costa realizou-se, na sede, uma Exposição sobre a Quermesse de Caridade na Tapada da Ajuda que deu ensejo à visita, à nossa sede, de Sua Magestade o Rei Humberto de Itália.

Continuaram com actividade notável as sessões dos «Coloquios Olisiponenses» e o Grupo «Polyphonia» mais uma vez ofereceu ao Grupo uma notável audição de música sacra portugêsa dos séculos XV e XVI que, por gentileza do Sr. Provedor da Santa Casa de Misericórdia de Lisboa se realizou na Igreja de S. Roque.

Por amabilidade do Grémio Nacional dos Editores e Livreiros tomamos, mais uma vez, parte na «Feira do Livro».

Visitamos a Vila do Montijo onde fomos recebidos pelo Vice-presidente da Câmara Municipal e visitámos Montemor-o-Novo, sob a direcção do coronel de Artilharia Sr. Armando José de Matos, visita que deu ensejo a que solicitássemos dos Poderes Públicos a classificação do imóvel de interesse público do convento de S. Domingos da mesma vila, o que nos consta ter sido deferido.

Nas nossas saídas de Lisboa visitámos ainda a «Estação Zootécnica Nacional, da Fonte Boa, e a cidade de Santarém.

São de salientar as visitas de estudo aos Museus de Arte Antiga e da Fundação Ricardo Espírito Santo, que foram dirigidas pelos respectivos directores e seus colaboradores.

O nosso Boletim continuou a publicar-se regularmente, como de hábito.

Há que apresentar a todos os nossos colaboradores eventuais e efectivos, como a Ex.^{ma} Comissão de Contas e a Secção de Movimento Cultural e Propaganda o agradecimento aos seus conselhos, assistência e auxílio tanto de encarecer.

O pessoal cumpriu, como de hábito.
Terminando, propomos os seguintes votos:

- a) Sentimento pelos sócios falecidos;
- b) Agradecimento aos nossos colaboradores, dirigentes das visitas de estudo, conferências, Colóquios, etc.;
- c) Agradecimento à Imprensa e Emissoras de Rádio Difusão pela sua sempre solícita e obsequiosa colaboração.

Lisboa, 31 de Dezembro de 1958.

A JUNTA DIRECTIVA

PRESIDENTE

Gustavo de Matos Sequeira

VICE-PRESIDENTE

Prof. Doutor Joaquim Moreira Fontes

SECRETÁRIO-GERAL E RELATOR

Doutor Eduardo Augusto da Silva Neves

SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO

Dr. Alberto Gomes

TESOUREIRO

Hugo Raposo

VOGAIS

Coronel José Pereira Coelho

Dr. Eugénio Mac-Bride

Prof. Doutor Raul de Carvalho

Prof. Doutor António Monteiro da Costa

PARECER
da
COMISSÃO DE CONTAS

Ex.^{mos} Consócios.

Conforme o estabelecido pelos nossos Estatutos, Art. 41.º e sua b), temos a honra de vos apresentar o Parecer desta Comissão e o Relatório da Junta Directiva relativos ao Exercício de 1958.

Tendo acompanhado com a maior assiduidade as actividades da Junta Directiva e verificado convenientemente as Contas do Exercício, temos o prazer de vos propor que aproveis:

- o Relatório e as Contas presentes,
- um voto de louvor à Junta Directiva, pela sua diligente actuação, e à Secção de Movimento Cultural e Propaganda pela colaboração eficiente prestada à Junta Directiva.

Lisboa, 14 de Janeiro de 1959.

A BEM DE LISBOA

O PRESIDENTE

Dr. José Leitão de Barros

O SECRETÁRIO

Higino Nunes da Silva

O RELATOR

José Francisco de Oliveira

LIVROS

EDIÇÕES DO GRUPO E DOS SÓCIOS
À VENDA NA SEDE



VÁRIA

PREÇOS

	Sócios	Público
Noite de evocação do Leão de Ouro	13\$50	15\$00
Urbanização de Lisboa	4\$50	5\$00
A Cor de Lisboa	13\$50	15\$00
Olisipos (estão esgotados os números 1, 2, 8, 9, 10, 11, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 27, 34, e 43) ... cada, dos que existem,	18\$00	20\$00
Evocação do Café-Restaurante Tavares	4\$00	5\$00
Jantar de Confraternização na Casa do Leão	4\$00	5\$00

A. VIEIRA DA SILVA

O Castelo de S. Jorge	13\$50	15\$00
A Ponte de Alcântara	13\$50	15\$00
Os Paços dos Duques de Bragança em Lisboa	13\$50	15\$00
Fantasia sobre a origem do nome de Lisboa	13\$50	15\$00

DR. ALFREDO DA CUNHA

Olisipo berço do periodismo português	13\$50	15\$00
--	--------	--------

ALFREDO FERREIRA DO NASCIMENTO

Algumas achegas para a História da Defesa de Lisboa	13\$50	15\$00
Os Banhos da Rocha do Conde de Óbidos	13\$50	15\$00
O Quartel de Campolide	13\$50	15\$00
O Quartel do Regimento do Conde de Lippe	13\$50	15\$00
A Torre do Bugio	18\$00	20\$00

DR. ANTÓNIO QUADROS FERRO

O Enigma de Lisboa	7\$00	7\$50
---------------------------	-------	-------

ANTÓNIO RIBEIRO DA SILVA E SOUSA

A Igreja e o Sítio de Santo Estêvão	13\$50	15\$00
O Campo de Santa Clara	13\$50	15\$00
Ronda e Silva de Lisboa Velha	9\$00	10\$00
Bagatelas de tempo vário	9\$00	10\$00

AUGUSTO CASIMIRO

Lisboa Mourisca	18\$00	20\$00
------------------------	--------	--------

DR. EDUARDO NEVES

Homenagem a Matos Sequeira...	13\$50	15\$00
Um Arcebispo-Primaz natural de Lisboa ...	13\$50	15\$00
João Alberto Pereira de Azevedo Neves ...	13\$50	15\$00
Um desenho a pena da autoria de Júlio Castilho ...	13\$50	15\$00
Uma recordação sebástica no Sítio da Luz ...	18\$00	20\$00

F. A. GARCEZ TEIXEIRA

A Irmandade de S. Lucas ...	13\$50	15\$00
-----------------------------	--------	--------

P. E. FRANCISCO LEITE FARIA

Lisboa e S. Lourenço de Brindes ...	13\$50	15\$00
Alvorogo na Lisboa setecentista ...	13\$50	15\$00

FERREIRA DE ANDRADE

Relação das casas foreiras...	22\$50	25\$00
O Senado da Câmara e a Guerra Civil ...	27\$00	30\$00
Três Touradas no Terreiro do Paço ...	13\$50	15\$00
Guia do Orlisipo n.ºs 1 a 11 ..	7\$50	8\$00
» » » n.ºs 12 a 21 ...	9\$00	10\$00
Visite Lisboa, 5.ª ed. ...	81\$00	90\$00
Vinte e cinco anos na vida duma capital ...	54\$00	60\$00
Portugal País de Turismo, 2.º, 3.º, 4.º e 5.º vols. ...	135\$00	150\$00
Idem, idem, 6.º vol. ...	162\$00	180\$00
Lisboa das sete colinas ...	36\$00	40\$00
Lisboa vista em 5 dias ...	13\$50	15\$00

DR. GILBERTO MONTEIRO

Esboço histórico do Hospital de Belém ...	18\$00	20\$00
D. Gilberto ...	13\$50	15\$00

GUSTAVO DE MATOS SEQUEIRA

Auto de S. João ...	9\$00	10\$00
Lisboa (Comédia) ...	18\$00	20\$00

HENRIQUE LINHARES DE LIMA

Vultos e sombras medievais ...	45\$00	50\$00
--------------------------------	--------	--------

HUGO RAPOSO

Primeiro circuito da Lisboa Moderna em transporte colectivo ...	9\$00	10\$00
---	-------	--------

JOÃO MONTEIRO

Estrada de Sacavém ...	27\$00	30\$00
------------------------	--------	--------

JOAQUIM ROQUE DA FONSECA

A Urbanização de Lisboa ...	13\$50	15\$00
-----------------------------	--------	--------

LUIS MOITA

O Metropolitano e as «Sete Colinas» Olisiponenses 7\$00 7\$50

LUIZ PASTOR DE MACEDO

A Baixa Pombalina 6\$70 7\$50
A Rua das Canastras 7\$20 8\$00
Críticas, Correções e aditamentos à «Lisboa de ontem e de hoje»
do Sr. Paulo Freire 9\$00 10\$00
Notícias e registos curiosos extraídos dos livros paroquiais da
Freguesia da Sé 9\$00 10\$00
Ascendentes de Camilo 13\$50 15\$00

LUÍS TEIXEIRA

O «Diário de Notícias» e o Século XIX 4\$50 5\$00

LUÍS TRINDADE

Janelas de Alfama 18\$00 20\$00

DR. MANUEL VICENTE MOREIRA

O Problema da Habitação 27\$00 30\$00

MÁRIO COSTA

Da Rua Nova à Rua dos Capelistas 18\$00 20\$00
Festas do Casamento da Infanta D. Catarina de Bragança com
Carlos II de Inglaterra 9\$00 10\$00
Duas Curiosidades Lisboetas — O Balão do Arsenal e o Tiro da
Escola Politécnica 13\$50 15\$00
O Sítio de Santo Amaro 18\$00 20\$00
O Palácio do Manteigueiro 18\$00 20\$00

MÁRIO SAMPAIO RIBEIRO

A Igreja e o Convento da Graça 13\$50 15\$00
Do Sítio do Restelo e das suas Igrejas de St.^a Maria de Belém
A propósito da inscrição sepulcral do fundador da Ermida de
N. S. da Oliveira de Lisboa 18\$00 20\$00

NORBERTO DE ARAÚJO

Pequena Monografia a S. Vicente... .. 9\$00 10\$00

RUY DE ANDRADE

Como o artista Alfredo de Andrade encarava alguns problemas
da edificação cidadina 9\$00 10\$00

DR. RUY DIQUE TRAVASSOS VALDEZ

Subsídios para Heráldica Tumular Moderna Olisiponense... .. 45\$00 50\$00
A Quinta da Torrinha ao Vale do Pereiro 18\$00 20\$00

TINOP

Lisboa de Outrora, 1.^o, 2.^o e 3.^o vols... .. cada 13\$50 15\$00

POUSADAS DE PORTUGAL

PARA se reconhecer a verdadeira face de Portugal e as suas belezas reais, nada mais indicado do que um circuito pelas suas tão características Pousadas de Turismo.

Situadas nos pontos mais pitorescos do País, decoradas e mobiladas ao gosto local, com saborosa e variada comida regional — dentro da melhor tradição portuguesa — as Pousadas oferecem generosamente ao viajante, por preço excepcionalmente módico, o conforto e a intimidade de uma casa particular, onde ele tem sempre a certeza de encontrar o tradicional acolhimento português, que é a expressão do próprio País.

Ao falar-se do turismo português, não pode, em verdade, ignorar-se o que representa no seu desenvolvimento a criação desses típicos albergues de ambiente agradável e acolhedor.

Lugares de repouso, de tranquilidade, eles representam incontestavelmente uma das realizações mais interessantes da actividade do turismo nacional.

Fo que é também notável e merece que se divulgue, é que o exemplo destes pequenos estabelecimentos, a sua lição de bom gosto, foi rapidamente compreendida e seguida pelos industriais de hotelaria. Resultou, assim, que muitos pequenos hotéis de província construídos ultimamente, foram já levantados ao jeito das Pousadas, copiando o seu estilo — tudo o que nelas é característico: claridade, limpeza e conforto.

Alcançou-se desta forma e com pleno êxito o objectivo em vista pelo Estado: estimular o desenvolvimento da indústria hoteleira, elevar o nível do bom gosto, tornando assim mais agradável, mais acolhedora a tradicional hospitalidade da terra lusitana.

Pousada do Barão de Forrester

ALIJÓ

Situação: Na estrada do Pinhão a Murça. A 45 kms. de Vila Real; a 3 kms. de Sabrosa; a 16 kms. do Pinhão e a 26 kms. de Murça.

Pousada de Santo António

SERÉM — MOURISCA DO VOUGA

Situação: Lugar de Serém, freguesia de Macinhata do Vouga (Águeda) junto à Estrada Nacional n.º 1 (Lisboa-Porto), 0,500 kms. ao norte da ponte sobre o rio Vouga.

Pousada de São Lourenço

SERRA DA ESTRELA — MANTEIGAS

Situação: Na Serra da Estrela a 3 kms. das Penhas Douradas; a 24 kms. ao sul de Gouveia e a 14 kms. ao norte de Manteigas.

Pousada do Castelo

ÓBIDOS

Situação: A 6 kms. de Caldas da Rainha e a 11 kms. do Bombarral.

Pousada de São João Baptista

BERLENGA

Situação: Na Ilha da Berlenga.

Pousada de São Martinho

ALFEIZERÃO

Situação: Ao Km. 229 na estrada de Lisboa ao Porto, em Alfeizerão — entre Caldas da Rainha e Alcobaça — junto à estrada, na rampa de Alfeizerão.

Pousada de Santa Luzia

ELVAS

Situação: Fora das muralhas de Elvas, a 200 metros da cidade, junto à Estrada Nacional de Lisboa a Badajoz.

Pousada de São Tiago

SANTIAGO DO CACÉM

Situação: Junto à Estrada Nacional, na descida para Santiago do Cacém.

Pousada de São Brás

S. BRÁS DE ALPORTEL

Situação: Na Serra do Caldeirão, junto à Estrada Nacional, a 12 kms. ao sul do cruzamento do Barranco do Velho e a 2,500 kms. ao norte de S. Brás de Alportel.

Pousada de São Gonçalo

SERRA DO MARÃO — AMARANTE

Situação: Entre Amarante e Vila Real, no lugar da Bela Vista, perto do Alto do Espinho, no limite do distrito do Porto, a 885 m. de altitude.

OURIVESARIA DA GUIA

Fundada em 1875

Joias

Pratas Modernas e Antigas

Ouro-Relógios

Na sua nova Sede: Rua Dom Duarte, 4-B - Tel. 86 3936 - LISBOA

(Edifício do Hotel Mundial)

A

LEGAL & GENERAL

agradece aos

«AMIGOS DE LISBOA»

a preferência que lhe têm
dado, para os seus
contratos de seguros

Capital e Reservas:

220 MILHÕES DE LIBRAS

CORRESPONDENTE:

Rua da Madalena, 80, 1.º — LISBOA

E. Pinto Basto & C.^a, Lda.

LISBOA

TRANSPORTES MARÍTIMOS E AÉREOS

CARVÃO

SEGUROS

REPRESENTAÇÕES
(Industriais, etc.)

FOLHA DE FLANDRES E AÇOS

EXPORTAÇÕES

IMPORTAÇÕES

No Porto:

Kendall, Pinto Basto & C.^a, Lda.

Pérola do Rossio

Limitada

Casa especializada em Chá, Café, Bolachas, Bombons e Chocolates

Envio de encomendas

para

Todo o País e Estrangeiro

Rossio, 105 • Lisboa • Telef. 20744

COMPANHIA DE DIAMANTES DE ANGOLA

(DIAMANG)

Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada

Com o capital de

ESC. 294.100.000\$00

Pesquisa e extracção de diamantes

na

PROVÍNCIA DE ANGOLA

em regime de exclusivo

Sede Social: LISBOA, Rua dos Fanqueiros, 12-2.º – Teleg. DIAMANG

Presidente do Conselho de Administração

e

Administrador-Delegado

Com. Ernesto de Vilhena

Vice-Presidente

Com. Álvaro Morna

Presidente dos

Grupos Estrangeiros

Mr. Firmin Van Brée

DIRECÇÃO-GERAL NA LUNDA

Director-Geral

José Maria de Noronha Feyo

REPRESENTAÇÃO EM LUANDA

Representante

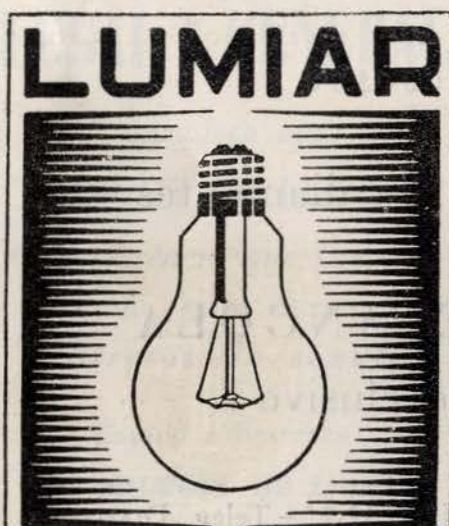
Dr. Silvio Guimarães

BERTRAND (IRMÃOS), LDA.
Artes Gráficas

FOTOGRAVURA
TIPOGRAFIA
LITOGRAFIA
ROTOGRAVURA
"OFFSET" - DESENHO

Travessa da Condessa do Rio, 7

Telef. 21368 - 21227 - 30054 — LISBOA



CAMILO
CASTELO
BRANCO



O mais apreciado e o mais português de todos os romancistas

Edição popular das suas principais obras em

80 VOLUMES

CONHEÇA
LEIA
APRECIE
DIVULGUE

CAMILO

Edições da

Parceria António Maria Pereira

RUA AUGUSTA, 44 A 54

Telef. 31730 : End. Teleg. PARCEPEREIRA

COMPRAMOS
LIVROS DE BONS AUTORES
—
Grandes e pequenas quantidades

LIVRARIA «ECLÉTICA»

Calçada do Combro, 58 • Telef. 2.8663 • LISBOA

CASA PIA ATLÉTICO CLUBE

CONSTITUÍDO exclusivamente por ex-casapianos, o «Casa Pia Atlético Clube», fundado em 3 de Julho de 1920, ainda hoje é considerado um dos mais sólidos baluartes do Desporto puro, visto pelo lado do verdadeiro amadorismo.

Nas suas fileiras militaram nomes cheios de prestígio, qual deles o mais importante no já longo historial do Desporto Português.

Ao princípio, quando se fundou, o «Casa Pia» era um dos maiores entre os grandes; mas, depois, viu-se forçado a deixar passar à frente outras agremiações de maiores possibilidades financeiras, sem nunca, no entanto, deixar de contribuir com importantíssima quota-parte para o prestígio e valorização do Desporto Nacional.

Sempre amparado nas mais sinceras e desinteressadas dedicações, o «Casa Pia» tem inclusivamente lutado com o próprio Destino; e cada palmo de terra do seu Estádio de Pina Manique é um testemunho da maravilhosa mística casapiana que nunca volta a cara quando é necessário trabalhar ou pugnar pela sobrevivência do seu querido clube.

Esta vontade inquebrantável, este «querer» que tantos impossíveis tem tornado possíveis, ainda hão-de conseguir que o «Casa Pia» volte, no futuro, a ocupar o lugar a que lhe dá direito o seu prestigioso passado.



SENA SUGAR ESTATES, LTD.

Plantações e Fábricas de Açúcar em

LUABO

e

MARROMEU

PROVÍNCIA DE MOÇAMBIQUE

NA LISBOA
DE ONTEM



E

NA LISBOA
DE HOJE



COMO, AFINAL, EM QUALQUER PARTE,
CONTRA A TOSSE:

BENZO-DIACOL